

Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade

Gayle Rubin

Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes
Revisão de Miriam Pillar Grossi

Pedido seu conselho, Dr. J. Guerin afirmou que depois que todos os métodos falharam, ele foi bem sucedido em curar o vício do onanismo de jovens meninas ao usar o método da queima do clitóris com ferro quente... Eu aplico o ponto quente três vezes em cada um dos grandes lábios e outra no clitóris... Depois dessa primeira operação, de quarenta a cinquenta vezes ao dia, o número de espasmos voluptuosos diminuíram a três ou quatro... Portanto acreditamos que em casos similares ao submetido a sua consideração, não se deve hesitar no uso do recurso do ferro quente, o quanto antes, para combater o onanismo clitoridiano e vaginal em pequenas meninas
(Zambaco, 1981, PP. 31-36)

As Guerras Sexuais

Chegou o tempo de pensar sobre o sexo. Para alguns a sexualidade pode parecer um tópico sem importância, um desvio frívolo de problemas mais críticos como a pobreza, guerra, doença, racismo, fome ou aniquilação nuclear. Mas é em tempos como esse, quando vivemos com a possibilidade de destruição sem precedentes, que as pessoas são mais propensas a se tornarem perigosamente malucas sobre a sexualidade. Conflitos contemporâneos sobre valores sexuais e condutas eróticas têm muito em comum com disputas religiosas de séculos anteriores. Eles passam a ter um imenso peso simbólico. Disputas sobre o comportamento sexual muitas vezes se tornam o veículo para deslocar ansiedades sociais, e descarregar a concomitante intensidade emocional. Conseqüentemente, a sexualidade deveria ser tratada com especial atenção em tempos de grande estresse social.

A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, o final do século XIX foi um desses períodos. Ao longo desse tempo movimentos sociais fortes se focaram nos "vícios"

de todas as sortes. Havia campanhas educacionais e políticas encorajando a castidade, criminalização da prostituição, e para desencorajar a masturbação, especialmente dentre os jovens. Cruzadas morais atacaram a literatura obscena, pinturas com nudez, salões de música, aborto, informações sobre controle de natalidade e a dança pública (veja Gordon e Dubois, 1983; Marcus, 1974; Ryan, 1979; Walkowitz, 1980, 1982; Weeks, 1981). A consolidação da moral vitoriana e seu aparato de reforço social, médico e legal foram o resultado de um longo período de luta cujos resultados tem sido amargamente contestados desde então.

As conseqüências desses grandes paroxismos morais do século XIX ainda estão conosco. Eles deixaram uma grande marca nas atitudes sobre o sexo, prática médica, criação de crianças, ansiedades parentais, conduta policial e legislação sexual.

A idéia da masturbação como uma prática doentia é parte dessa herança. Durante o século XIX era comum pensar que o interesse “premature” no sexo, excitação sexual e acima de tudo o alívio sexual¹ prejudicaria a saúde e o desenvolvimento da criança. Teóricos se diferenciaram sobre as conseqüências da precocidade sexual. Alguns pensavam que levava a insanidade ao passo que outros previam um crescimento deficiente. Para proteger os jovens de uma excitação prematura os pais amarravam as crianças a noite para que não se tocassem; médicos extirpavam o clitóris das pequenas meninas onanistas (veja Barker-Benfield, 1976; Marcus, 1974; Weeks, 1981; Zambaco, 1981). Apesar das mais horríveis técnicas terem sido abandonadas as atitudes que as produziram persistem. A noção de que o sexo per se é prejudicial aos jovens foi inculcada em extensivas estruturas sociais e legais desenvolvidas para isolar os menores do conhecimento e experiência sexuais.

Muito da legislação sexual correntemente presente nos autos também data das cruzadas moralistas do século XIX. A primeira lei anti-obscenidade nos Estados Unidos foi aprovada em 1873. O Decreto Comstock, nomeado para Anthony Comstock, ancestral ativista anti-pornografia e fundador da Sociedade Nova-iorquina para Supressão do Vício – tornou a produção, propaganda, venda, posse, envio por correio, ou importação de livros ou fotografias obscenas um crime federal. A lei também proibiu drogas contraceptivas ou abortivas bem como dispositivos e informações sobre elas (Beserra, Franklin e Clevenger, 1977). No despertar do

¹ NT: no original sexual release.

estatuto federal, muitos estados também passaram suas próprias leis anti-obscenidade.

A Suprema Corte começou a negar tanto o Decreto Comstock como as leis estaduais durante os anos 1950. Em 1975 a proibição de materiais usados para, e informação sobre, contracepção e aborto foram declaradas inconstitucionais. Entretanto, apesar das disposições obscenas terem sido modificadas, sua constitucionalidade fundamental foi acolhida. Deste modo ainda permanece como crime produzir, vender, enviar ou importar material que não tenha outro objetivo senão a excitação sexual (Beserra, Franklin e Clevenger, 1977).

Apesar dos estatutos sobre a sodomia datarem de estratos da lei mais antigos, quando os elementos da lei canônica foram adotados nos códigos civis, a maioria das leis usadas para prender homossexuais e prostitutas resultam das campanhas vitorianas contra a “escravidão branca”. Essas campanhas produziram a miríade de proibições contra a solitação², comportamentos libidinosos, caminhadas lentas com propósitos imorais, infrações geracionais, e bordéis e casas indecentes.

Em sua discussão sobre o pânico britânico da “escravidão branca”, a historiadora Judith Walkowitz observa que: “pesquisas recentes delineiam a vasta discrepância entre os relatos jornalísticos lúgubres e a realidade da prostituição. A evidência sobre o encarceramento de meninas britânicas em Londres e no exterior é escasso”³ (Walkowitz, 1980, p. 83). Entretanto o furor público sobre este problema ostensivo

forçou a aprovação da Lei de Alteração do Código Penal de 1885, fragmento particularmente desagradável e pernicioso de legislação abrangente. A Lei de 1885 levantou a era do consentimento para meninas dos 13 aos 16, mas também concedeu a polícia uma maior jurisdição primária sobre mulheres e crianças pobres da classe trabalhadora... continha uma cláusula que fazia os atos indecentes consentidos entre homens adultos um crime, formando assim a base da perseguição legal de homossexuais masculinos no Reino Unido até 1967... as cláusulas da nova lei foram mais reforçadas contra mulheres da classe trabalhadora, e regulava comportamentos sexuais adultos ao invés de jovens (Walkowitz, 1982, p. 85).

Nos Estados Unidos, a Lei Mann, também conhecida como Lei do Tráfico de Escravos Brancos, foi aprovada em 1910. Subseqüentemente, todos os estados da união aprovaram legislação anti-prostituição (Beserra, Franklin e Clevenger, 1977).

² NT: no original solitation. Significa se oferecer como mercadoria do sexo pago na legislação norte-americana.

³ Toda a discussão e resultados de Walkowitz em *Maiden Tribute of Modern Babylon* (1982, p. 83-5) é iluminadora.

Nos anos 1950, nos Estados Unidos, aconteceram deslocamentos significativos na organização da sexualidade. Ao invés de focar na prostituição ou masturbação, as ansiedades dos anos 1950 se condensaram mais especificamente ao redor da imagem da “ameaça homossexual” e do duplo espectro do “ofensor sexual”. Logo no período que antecedeu e após a II Guerra Mundial, o “ofensor sexual” se tornou um objeto de medo público e exame minucioso. Muitos estados e cidades, incluindo Massachusetts, New Hampshire, Nova Jersey, estado de Nova Iorque, cidade de Nova Iorque e Michigan iniciaram inquéritos para acumularem informações sobre essa ofensa à segurança pública (Commonwealth of Massachusetts, 1947; State of New Hampshire, 1949; City of New York, 1939; State of New York, 1950; Hartwell, 1950; State of Michigan, 1951). O termo “ofensor sexual” muitas vezes aplicado para estupradores, outras para “molestadores infantis”, e eventualmente funcionou como um código para homossexuais. Nas suas versões burocráticas, médicas e populares, o discurso do ofensor sexual tendeu a enfumaçar as distinções entre o ato sexual violento de atos ilegais, mas consensuais, como a sodomia. O sistema de justiça criminal incorporou esses conceitos quando uma epidemia de leis sobre psicopatias sexuais varreu por entre as legislações estatais (Freedman, 1983). Essas leis proveram às profissões psicológicas um aumento de poder policial sobre homossexuais e outros “desviantes” sexuais.

Do final dos anos 1940 até o início dos anos 1960, comunidades eróticas cujas atividades não se enquadravam no sonho americano pós-guerra atraíram grande perseguição. Homossexuais foram, juntamente com comunistas, o objeto da caça federal às bruxas e expurgos. Investigações no Congresso, ordens executivas e exposições sensacionalistas na mídia se destinavam a eliminar completamente os homossexuais dos cargos públicos. Milhares perderam seus empregos e restrições na empregabilidade federal de homossexuais persistem até hoje (Bêrubé, 1981a, 1981b; D’Emilio, 1983; Katz, 1976). O FBI iniciou uma vigilância sistemática e perseguição de homossexuais que perdurou pelo menos até os anos 1970 (D’Emilio, 1983; Bêrubé, comunicação pessoal).

Muitos estados e grandes cidades conduziram suas próprias investigações e a caça às bruxas federal refletiu em uma variedade de repressões locais. Em Boise, Idaho, em 1955, um professor escolar se sentou para tomar o café da manhã munido de seu jornal diário e leu que o vice-presidente do Primeiro Banco Nacional de Idaho foi preso acusado do crime de sodomia; o promotor local dizia que ele pretendia eliminar toda a homossexualidade da comunidade. O professor nunca

terminou seu café da manhã. “Ele pulou de sua cadeira, pegou sua mala, embalou tudo o mais rápido que pôde, entrou no seu carro e foi diretamente para São Francisco... Os ovos frios, café e torradas permaneceram por dois dias em sua mesa até que alguém da escola viesse a sua casa para ver o que tinha passado” (Gerassi, 1968, p. 14)⁴.

Em São Francisco a polícia e a mídia travaram uma guerra contra os homossexuais ao longo dos anos 1950. A polícia invadiu bares, patrulhou os lugares de pegação, conduziu varreduras nas ruas e deixou claro que iriam remover todas as queens para fora de São Francisco (Bêrubé, comunicação pessoal; D’Emilio, 1981, 1983). A repressão contra indivíduos gays, bares e áreas de sociabilidade ocorreu em todo o país. Apesar das cruzadas anti-homossexuais serem os mais bem documentados exemplos de repressão erótica nos anos 1950, pesquisas futuras deverão revelar padrões similares de crescimento repressivo contra materiais pornográficos, prostitutas e desviantes eróticos de todos os tipos. Pesquisas são necessárias para determinar o alcance completo tanto da perseguição policial como da reforma regulatória⁵.

O período corrente comporta algumas similaridades desconfortáveis com os anos 1880 e 1950. A campanha de 1977 para revogação do decreto de direitos dos gays do condado de Dade na Flórida inaugurou uma nova onda de violência, perseguição estatal e iniciativas legais direcionadas contra populações de minorias sexuais e a indústria comercial do sexo. Nos últimos seis anos os Estados Unidos e

⁴ Estou em dívida com Allan Bêrubé por ter chamado minha atenção para este incidente.

⁵ Os exemplos a seguir sugerem caminhos para pesquisa adicional. Uma repressão local na Universidade de Michigan é descrita por Tsang (1977a, 1977b). Na Universidade de Michigan o número de professores demitidos por homossexualidade alegada parece bater-se com o número de demissões por tendências comunistas. Seria interessante ter figuras comparando o número de professores que perderam suas posições durante este período devido a ofensas sexuais e políticas. Durante a reforma regulatória muitos estados aprovaram leis durante este período proibindo a venda de bebidas alcoólicas para “perversos sexuais reconhecidos” ou que fossem fechados bares em que os “perversos sexuais” se reuniam. Tal lei foi aprovada na Califórnia em 1955 e declarada inconstitucional pela Suprema Corte do estado em 1959 (Allan Bêrubé, comunicação pessoal). Seria de grande interesse saber exatamente quais estados aprovaram tais estatutos, as datas de sancionamento, as discussões que as precederam e quantas ainda estão nos livros. Sobre a perseguição de outras populações sexuais a evidência indica que John Willie e Irving Klaw, os primeiros produtores e distribuidores de erótica bondage (escravidão) nos Estados Unidos do final dos anos 1940 ao início dos anos 1960 enfrentaram freqüentes perseguições policiais e que Klaw, pelo menos, foi usado em uma investigação do Congresso conduzida pelo Comitê Kefauver. Estou endividada por uma comunicação pessoal de J. B. Rund pela informação sobre as carreiras de Willie e Klaw. Fontes publicadas são escarças, mas veja Willie (1974), Rund (1977, 1978, 1979). Seria útil ter mais informações sistematizadas sobre os deslocamentos legais e a atividade policial afetando dissidências eróticas não-gays.

o Canadá implementaram uma repressão sexual extensiva no sentido político e não psicológico. Na primavera de 1977, poucas semanas antes do voto no condado de Dade, os jornais televisivos de repente estavam cheios de notícias sobre invasões nos pontos de pegação gay, prisão por prostituição e investigações sobre a produção e distribuição de materiais pornográficos. Desde então a atividade policial contra a comunidade gay aumentou exponencialmente. A mídia gay documentou centenas de detenções, desde as bibliotecas de Boston até as ruas de Houston e as praias de São Francisco. Mesmo as extensas, organizadas e relativamente poderosas comunidades gays urbanas foram incapazes de impedir essas depreciações. Bares gays e saunas⁶ têm sofrido batidas com alarmante freqüência e a polícia tem ficado mais ousada. Num dramático incidente em particular, a polícia de Toronto invadiu as quatro saunas da cidade. Eles invadiram os quartos com pés-de-cabra e detiveram cerca de 300 homens que foram expostos na rua em pleno inverno enrolados apenas em toalhas. Mesmo a “liberada” São Francisco não ficou imune. Tem acontecido procedimentos em vários bares gays, inúmeras prisões nos parques, e, no outono de 1981, a polícia deteve cerca de 400 pessoas em uma série de varreduras na Rua Polk, uma das vias locais da vida noturna gay. O espancamento de queers se tornou uma atividade recreativa significativa para jovens homens urbanos. Eles vão para bairros gays armados de tacos de baseball e na busca por problemas, sabendo que os adultos em sua vida secretamente aprovam essa prática ou vão ao menos fazer vista grossa.

A repressão policial não tem se limitado a homossexuais. Desde 1977 o reforço da legislação existente contra a prostituição e obscenidade têm sido intensificados. Além disso, estados e municípios tem aprovado novas e apertadas regulações sobre o comércio do sexo. Ordenanças restritivas tem sido aprovadas alterando as leis de zoneamento e os códigos de licenciamento e segurança, aumentado as sentenças, e os requerimentos de evidência foram abrandados. Essa codificação legal sutil de um controle rigoroso sobre o comportamento sexual adulto tem passado fortemente despercebida fora da mídia gay.

Por mais de um século nenhuma tática para tratar da histeria erótica tem sido tão confiável quanto a proteção das crianças. A onda contemporânea de terror erótico se aprofundou ao máximo nas áreas nas quais se faz fronteira, mesmo que apenas simbolicamente, com a sexualidade dos jovens. O lema da campanha de revogação do decreto de Dade era “Salve nossas Crianças” do alegado recrutamento

⁶ NT: no original bath houses.

homossexual. Em fevereiro de 1977, pouco tempo antes do voto no condado de Dade, uma súbita preocupação com a “pornografia infantil” tomou conta da mídia nacional. Em maio, o jornal Chicago Tribune televisionou uma série sinistra de quatro episódios com grandes chamadas na tela que dizia que exporiam uma rede nacional de sedução viciosa de jovens meninos para a prostituição e pornografia⁷. Jornais impressos ao redor do país publicaram histórias similares, muitas delas dignas do National Enquirer. Ao final de maio uma investigação no Congresso já estava acontecendo. Dentre semanas o governo federal já havia promulgado uma lei contra a “prostituição infantil” e muitos estados seguiram com leis próprias. Essas leis re-estabeleceram restrições que haviam sido abrandadas por importantes decisões da Suprema Corte. Por exemplo a Corte decidiu que nem a nudez nem a atividade sexual per se eram obscenas. Mas a legislação de pornografia infantil definiu como obsceno qualquer representação de menores que apresente nudez ou que envolva atividade sexual. Isso significa que fotografias de crianças nuas em livros de antropologia e muitos dos filmes etnográficos apresentados nas salas de aula universitárias são tecnicamente ilegais em muitos estados. De fato, esses professores poderiam ser acusados de um crime adicional para cada criança menor de 18 anos que apareça nessas imagens. Apesar da Suprema Corte entender que a posse de materiais obscenos para uso pessoal é um direito constitucional, algumas leis sobre pornografia infantil proíbem até mesmo a posse de qualquer material sexual que envolva menores.

As leis produzidas segundo o pânico da pornografia infantil são mal concebidas e mal orientadas. Elas representam alterações de longo alcance na regulação do comportamento sexual e revogam importantes liberdades civis. Mas poucos perceberam isso na medida em que elas se aprovavam no Congresso e nas legislaturas estatais. Com exceção da Associação Norte-americana de Amor Homem/Rapaz e da União de Liberdades Civis Americanas, não houve nenhum chiado de protesto⁸.

⁷ “Chicago é o centro do ringue pornô infantil: os predadores de crianças”, “Sexo infantil: uma praça em novo município diz tudo”, “EUA ordena audiência sobre pornografia infantil: Rodino chama a agitação sexual de ‘ultraje’”, “Caça a seis homens, vinte rapazes em repressão”, Chicago Tribune, 16 de Maio de 1977; “Dentista é pego em ataque sexual infantil: Carey para abrir a investigação”, “As artimanhas usadas pelos pornógrafistas infantis para atrair suas vítimas”, Chicago Tribune, 1977; “Pornógrafistas infantis prosperam na confusão legal”, “EUA atacam os mais exitosos vendedores de pornografia”, Chicago Tribune, 1977.

⁸ Para mais informações sobre o “Kiddle porn panic” veja Califia (1980c, 1980d), Mitzel (1980), Rubin (1981). Sobre as relações com cruzamento geracional veja também Moody (1980), O’Carell (1980), Tsang (1981) e Wilson (1981).

Uma novo e ainda mais duro projeto de lei sobre a pornografia infantil acaba de chegar ao Senado. A lei remove quaisquer requerimentos sobre a necessidade de promotores provarem uma alegação de distribuição de material com conteúdo de pornografia infantil com fins comerciais. Quando este projeto se tornar uma lei, uma pessoa que tenha posse de uma foto nua de um amante ou amigo de 17 anos pode ir para a cadeia por 15 anos, e tomar uma multa de US\$100.000,00. Este projeto foi aprovado no Congresso com votação de 400 a favor e um voto contrário⁹.

A experiência da fotógrafa Jacqueline Livingstone exemplifica o clima criado pelo pânico da pornografia infantil. Como professora assistente de fotografia na Universidade de Cornell, Livingstone foi demitida em 1978 depois de uma exibição com fotos de homens nus na qual se incluía uma foto de seu filho de 17 anos se masturbando. Ms. Magazine, Chrysalis e Art News recusaram propagandear os pôsteres de homens nus de Livingstone. Em certo ponto a Kodak confiscou alguns de seus filmes, e por muitos meses Livingstone viveu a ameaça do processo sob as leis de pornografia infantil. O Departamento de Serviços Sociais do condado de Tompkins em Nova Iorque investigou sua capacidade como uma boa mãe. Os pôsteres de Livingstone foram coletados pelo Metropolitan - Museu de Arte Moderna e outros museus significativos. Mas ela pagou um preço alto com o assédio e ansiedade pelos seus esforços em capturar em filme o corpo masculino não censurado em diferentes idades (Stambolian, 1980, 1983).

É fácil perceber Livingstone como uma vítima das guerras contra a pornografia infantil. É difícil para muitas pessoas se condoerem com amantes concretos de rapazes. Como os comunistas e homossexuais dos anos 1950, os amantes de rapazes são tão estigmatizados que é difícil encontrar quaisquer apoiadores de suas liberdades civis, muito menos para sua orientação erótica. Conseqüentemente a polícia tem se banquetado deles. Polícias locais, o FBI, e carteiros delatores se uniram para produzir um grande aparato cujo único objetivo é excluir completamente da comunidade aqueles homens que amam rapazes menores de idade. Em mais ou menos 20 anos, quando parte da fumaça se dispersar, será mais fácil mostrar que esses homens foram vítimas de uma caça as bruxas selvagem e não merecida. Muitas pessoas ficarão envergonhadas de sua colaboração nesta perseguição, mas será muito tarde para fazerem qualquer coisa boa para aqueles homens que ficaram a vida na prisão.

⁹ "Casa aprova lei dura sobre pornografia infantil", San Francisco Chronicle, 15 de novembro de 1983, p. 14.

Na medida em que a angústia dos amantes de rapazes afeta a poucos, outro legado de longo prazo da revogação no condado de Dade afeta a quase todos. O sucesso da campanha anti-gay irrompeu um vasto fervor passional pelo direito americano, e deflagrou um movimento extensivo para comprimir as fronteiras do comportamento sexual aceitável.

A ideologia de direita ligando o sexo não-familiar com o comunismo e com a fraqueza política não é novidade. Durante o período McCarthy, Alfred Kinsey e seu Instituto de Pesquisas do Sexo foram atacados por enfraquecerem a fibra moral dos americanos e por retribuir o povo americano com uma maior vulnerabilidade ao comunismo. Após investigações no Congresso e má publicidade, o financiamento Rockefeller de Kinsey foi cessado em 1954 (Gebhard, 1976).

Por volta de 1969, a extrema direita descobriu o Conselho de Educação e Informação Sexual dos Estados Unidos (SIECUS). Em livros e panfletos como *The Sex Education Racket: Pornography in the Schools* e *SIECUS: Corrupter of Youth*, a direita atacou o SIECUS e a educação sexual como uma conspiração comunista para destruir a família e enfraquecer a vontade nacional (Courtney, 1969; Drake, 1969). Outro panfleto, *Pavlov's Children (They May Be Yours)* (n.a., 1969), afirma que a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) está mancomunada com o SIECUS para debilitar os tabus religiosos, para promover a aceitação de relações sexuais anormais, minimizar os padrões morais absolutos e 'destruir a coesão racial', ao expor pessoas brancas (especialmente as mulheres brancas) aos padrões sexuais rebaixados das pessoas negras.

Ideologias da Nova Direita e do neo-conservadorismo atualizaram esses temas, e se inclinam na ligação entre comportamento sexual "imoral" com declínios putativos no poder americano. Em 1977 Norman Podhoretz escreveu um ensaio culpando os homossexuais pela inabilidade dos Estados Unidos em se levantarem diante dos russos (Podhoretz, 1977). Ele até nitidamente interligou "a luta anti-gay na arena doméstica e as batalhas anti-comunistas na política internacional" (Wolfa e Sanders, 1979).

A oposição de direita à educação sexual, homossexualidade, pornografia, aborto e sexo antes do casamento se deslocou das franjas extremas ao palco político central depois de 1977, quando estrategistas de direita e fundamentalistas religiosos descobriram que estes assuntos tem apelo de massa. A reação sexual teve papel fundamental no sucesso eleitoral da direita em 1980 (Breslin, 1981; Gordon e Hunter, 1977-8; Gregory-Lewis, 1977a, 1977b, 1977c; Kopkind, 1977; Petchesky, 1981). Organizações como a Maioria Moral e Cidadãos pela Decência

obtiveram seguimento em massa, imensos recursos financeiros e influência sem precedentes. O Decreto de Direitos Iguais tinha sido derrotado, havia sido aprovada legislação com novas restrições ao aborto, e fundos para programas como planejamento familiar e educação sexual tinham sido cortados. Leis e regulamentos dificultando o acesso de jovens meninas a métodos contraceptivos e aborto foram promulgados. A reação sexual foi explorada nos ataques bem sucedidos ao Programa de Estudos da Mulher na Universidade Estadual da Califórnia em Long Beach.

A iniciativa legislativa mais ambiciosa da direita foi a Lei de Proteção da Família (FPA), introduzida no Congresso em 1979. A Lei de Proteção da Família é um assalto amplo ao feminismo, homossexuais, famílias não tradicionais, e privacidade sexual dos jovens (Brown, 1981). A Lei de Proteção da Família ainda não foi aprovada e provavelmente não o será, mas os membros conservadores do Congresso continuam a garantir sua agenda de uma forma mais fragmentada. Talvez o sinal mais gritante desse tempo é o Programa de Vida do Adolescente na Família. Também conhecido como o Programa de Castidade Juvenil conseguiu angariar cerca de 15 milhões de dólares federais para encorajar jovens a absterem-se do ato sexual, e desencorajar dentre eles o uso de métodos contraceptivos caso tenham consumado o ato sexual, e também de desencorajá-los de realizar um aborto caso engravidem. Nos últimos anos houve incontáveis confrontos sobre os direitos gays, educação sexual, direito ao aborto, livrarias adultas, e currículo de escolas públicas. É improvável que a repercussão anti-gay acabe, ou que tenha atingido seu cume. A menos que uma mudança dramática aconteça, é provável que nos próximos anos o quadro seja mais ou menos o mesmo.

Períodos como os anos 1880 na Inglaterra e os anos 1950 nos Estados Unidos recodificam as relações de sexualidade. As lutas que foram travadas deixam um resíduo na forma das leis, práticas sociais e ideologias que então afetam a forma na qual a sexualidade é experienciada por muito tempo após o desvanecimento dos conflitos imediatos. Todos os sinais indicam que a era presente é outra bacia hidrográfica na política do sexo. As resoluções que emergem nos anos 1980 terão grande impacto para o futuro. É portanto imperativo entender o que está acontecendo e o que está em jogo para poder tomar decisões informadas sobre quais políticas apoiar ou se opor.

É difícil tomar tais decisões na ausência de um corpo coerente e inteligente de pensamento radical sobre o sexo. Infelizmente uma análise progressista da sexualidade é relativamente pouco desenvolvida. Muito do que está disponível a

partir do movimento feminista apenas contribuiu com a mistificação que sufoca o objeto. Há urgência em se desenvolver perspectivas radicais sobre a sexualidade.

Paradoxalmente uma explosão de excitantes saberes acadêmicos e escritos políticos sobre o sexo foi gerada nos últimos gélidos anos. Nos anos 1950 o movimento inicial pelos direitos dos gays começou e prosperou ao mesmo tempo em que os bares estavam sendo invadidos e as leis anti-gay estavam sendo aprovadas. Nos últimos seis anos, novas comunidades eróticas, alianças políticas e análises têm sido desenvolvidas em meio à repressão. Neste ensaio proporei elementos de um quadro descritivo e conceitual para pensar sobre o sexo e suas políticas. Espero contribuir para a premente tarefa de criar um corpo de pensamento sobre sexualidade que seja preciso, humano e genuinamente liberatório.

Pensamentos Sexuais

“Você vê, Tim”, falou Phil de repente, “seu argumento não é razoável. Suponhamos que admita seu primeiro ponto que a homossexualidade é justificável em algumas instâncias e sob certos controles. Então há o gancho: onde termina a justificativa e começa a degeneração? A sociedade deve condenar para proteger. Permite inclusive ao intelectual homossexual um lugar de respeito mas condenam o primeiro bar que aparece. Então vem o próximo, e o próximo, até que o sadista, o flagelista, o insano criminal também demandem seus lugares, e a sociedade deixa de existir. Então pergunto novamente: onde é desenhada a linha? Onde começa a degenerescência senão no início da liberdade individual em tais temáticas?”
[Fragmento de uma discussão entre dois homens gays tentando decidir se deveriam fazer amor um com o outro]
(Barr, 1950, p. 310)

Uma teoria radical do sexo deve identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual. Tal teoria necessita de ferramentas conceituais refinadas com as quais se possa compreender o sujeito e mantê-lo visível. Deve produzir descrições ricas da sexualidade na forma como ela existe na sociedade e na história. Requer uma linguagem crítica convincente que possa transmitir a barbárie da perseguição sexual.

Várias características persistentes do pensamento sobre o sexo inibem o desenvolvimento de tal teoria. Essas assunções são tão penetrantes na cultura ocidental que são raramente questionadas. Portanto elas tendem a reaparecer em contextos políticos diferenciados, exigindo novas expressões retóricas, mas reproduzindo axiomas fundamentais.

Um tal axioma é o essencialismo sexual – a idéia de que o sexo é uma força natural que existe anteriormente à vida social e que molda as instituições. O essencialismo sexual é incorporado no saber popular das sociedades ocidentais, as

quais consideram o sexo como eternamente imutável, a-social e transhistórico. Dominado por mais de um século pela medicina, psiquiatria e psicologia, o estudo acadêmico do sexo tem reproduzido o essencialismo. Estes campos classificam o sexo como propriedade dos indivíduos. Talvez seja inerente aos hormônios ou a psique. Talvez seja construído como fisiológico ou psicológico. Mas dentre essas categorias etnocientíficas, a sexualidade não tem história e tampouco tem determinantes sociais significativos.

Nos últimos cinco anos, um sofisticado saber acadêmico histórico e teórico desafiou o essencialismo sexual tanto explicitamente como implicitamente. A história Gay, particularmente o trabalho de Jeffrey Weeks, conduziu este ataque ao mostrar que a homossexualidade como conhecemos é um complexo institucional relativamente moderno¹⁰. Muitos historiadores chegaram a entender as formas institucionais contemporâneas da heterossexualidade como desenvolvimentos ainda mais recentes (Hansen, 1979). Uma importante contribuinte desse novo saber é Judith Walkowitz cuja pesquisa demonstrou a extensão na qual a prostituição foi transformada por volta da virada do século. Ela nos provê com descrições meticulosas de como a interação de forças sociais tais como a ideologia, medo, agitação política, reforma legal e prática médica podem transformar a estrutura do comportamento sexual e alterar suas conseqüências (Walkowitz, 1980, 1982).

A História da Sexualidade de Michel Foucault (1978) tem sido o mais influente e emblemático texto do novo saber sobre o sexo. Foucault critica o entendimento tradicional da sexualidade como ânsia natural da libido para se libertar da coerção social. Ele argumenta que os desejos não são entidades biológicas pré-existentes, mas, ao invés disso, são constituídos no curso histórico de elementos sociais repressivos específicos ao apontar que novas sexualidades são constantemente produzidas. E ele aponta uma grande descontinuidade entre os sistemas de sexualidade baseados no parentesco e outras formas mais modernas.

O novo saber sobre o comportamento sexual deu ao sexo uma história e criou uma alternativa construtivista ao essencialismo. Subjacente a este corpo de trabalho está a assunção que a sexualidade é constituída na sociedade e na história, não ordenada biologicamente¹¹. Isso não significa que as capacidades biológicas não são pré-requisito para a sexualidade humana. Significa que a sexualidade humana não é compreensível em termos puramente biológicos. Organismos

¹⁰ Este insight foi primeiro articulado por Mary McIntosh (1968); a idéia foi desenvolvida por Jeffrey Weeks (1977, 1981); veja também D'Emilio (1983) e Rubin (1979).

¹¹ Uma discussão bem útil desses assuntos pode ser encontrada em Robert Padgug (1979).

humanos com cérebros humanos são necessários para as culturas humanas, mas nenhum exame do corpo ou de suas partes pode explicar a natureza e variedade dos sistemas sociais humanos. A fome na barriga não dá pistas sobre a complexidade da culinária. O corpo, o cérebro, os genitais, e a capacidade para a linguagem são necessários para a sexualidade humana. Mas eles não determinam seus conteúdos, suas experiências e suas formas institucionais. Além de que nós nunca encontramos um corpo não mediado por significados conferidos pela cultura. Para parafrasear Lèvi-Strauss, minha posição na relação entre biologia e sexualidade é um “kantianismo sem a libido transcendental”¹².

É impossível pensar com clareza as políticas da raça ou gênero porquanto estas são pensadas como entidades biológicas ao invés de construtos sociais. Similarmente, a sexualidade é inacessível à análise política enquanto for concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual. A sexualidade é tão produto da atividade humana como o são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de entretenimento, processos de produção e modos de opressão. Uma vez que o sexo for entendido nos termos da análise social e entendimento histórico, uma política do sexo mais realista se torna possível. Uma pessoa pode então pensar as políticas sexuais nos termos de fenômenos como populações, vizinhanças, padrões de ajustamento, migração, conflito urbano, epidemiologia, e tecnologia política. Estas são categorias de pensamento mais frutíferas do que aquelas mais tradicionais como pecado, doença, neurose, patologia, decadência, poluição, ou a ascensão e queda de impérios.

Ao detalhar as relações das populações eróticas estigmatizadas e as forças sociais que as regulam, os trabalhos como os de Allan Bêrubé, John D’Emilio, Jeffrey Weeks e Judith Walkowitz contém categorias implícitas de análise política e crítica. Mesmo assim a perspectiva construtivista têm apresentado algumas fraquezas políticas. Isso tem sido mais evidente em equívocos sobre a posição de Foucault.

Por causa de sua ênfase nas formas através das quais a sexualidade é produzida, Foucault tem sido vulnerabilizado a interpretações que negam ou minimizam a realidade da repressão sexual em um sentido mais político. Foucault faz abundantemente claro que ele não está negando a existência da repressão sexual, mas sim a inscrevendo dentro de dinâmicas amplas (Foucault, 1978, p. 11). A sexualidade nas sociedades ocidentais tem sido estruturada dentro de

¹² Lèvi-Strauss (1970). Nessa conversa Lèvi-Strauss chama esta posição “um kantianismo sem um sujeito transcendente”.

enquadramentos sociais extremamente punitivos, e tem sido sujeita a controles formais e informais muito reais. É necessário reconhecer o fenômeno repressivo sem recorrer às assunções essencialistas da linguagem da libido. É necessário manter as práticas sexuais repressivas em foco, mesmo enquanto situamo-las dentro uma totalidade diferente e uma terminologia mais refinada (Weeks, 1981, p. 9).

A maioria do pensamento radical sobre o sexo tem sido incorporado dentro de um modelo dos instintos e suas restrições. Conceitos de opressão sexual têm sido apresentados dentro de entendimentos mais biológicos da sexualidade. É muito mais fácil cair de volta na noção de uma libido natural sujeita a uma repressão não humana do que reformular os conceitos de injustiça sexual dentro de um enquadramento construtivista. Mas é essencial que o façamos. Precisamos uma crítica radical dos arranjos sexuais que tenham a elegância conceitual de Foucault e a paixão evocativa de Reich.

O novo saber sobre o sexo nos trouxe uma insistência bem-vinda que os termos sexuais devam ser restritos aos seus contextos históricos e sociais próprios, e um ceticismo cauteloso direcionado à limpeza das generalizações. Mas é importante a possibilidade de indicar agrupamentos de comportamento sexual e tendências gerais dentro o discurso erótico. Somando-se ao essencialismo sexual, há pelo menos quatro outras formações ideológicas cuja compreensão no pensamento sexual é tão forte que falhar em discuti-los é permanecer enredado dentre elas. Estas são a negatividade sexual, a falácia da escala mal posicionada, a valoração hierárquica dos atos sexuais, a teoria dominó do perigo sexual e a falta do conceito de variação sexual benigna.

Das cinco a mais importante é a negatividade sexual. Sociedades ocidentais geralmente consideram o sexo como perigoso, destrutivo, uma força negativa (Weeks, 1981, p. 22). Muito da tradição cristã, seguindo Paulo, sustenta que o sexo é inerentemente pecaminoso. Talvez seja redimido caso seja performado dentro do casamento com propósito procriativo e se os aspectos prazerosos não forem desfrutados em demasia. Por sua vez, a idéia se assenta na assunção de que a genitália é uma parte intrinsecamente inferior do corpo, muito abaixo e menos sagrada do que a mente, a “alma”, o “coração”, ou até mesmo a parte superior do

aparelho digestório (o status do aparelho excretor é similar ao da genitália)¹³. Tais noções tem agora adquirido vida própria e não mais dependem somente da religião para sua perseverança.

Essa cultura sempre trata o sexo com suspeita. Constrói e julga quase todas as práticas sexuais segundo suas piores possibilidades de expressão. O sexo é considerado culpado até que provem sua inocência. Virtualmente todos os comportamentos eróticos são considerados maus a menos que uma razão específica para isentá-lo tenha sido estabelecida. As mais aceitas desculpas são o casamento, a reprodução e o amor. Algumas vezes a curiosidade científica, uma experiência nestética ou uma relação íntima de longo termo podem servir. Mas o exercício da capacidade erótica, inteligência, curiosidade ou criatividade, todos necessitam pretextos que são desnecessários para outros prazeres, como o deleite com a comida, ficção ou astronomia.

O que chamo de falácia da escala mal posicionada é um corolário da negatividade sexual. Susan Sontag uma vez comentou que desde que o cristianismo focou “no comportamento sexual como a raiz da virtude, tudo pertencente ao sexo se tornou um ‘caso especial’ na nossa cultura” (Sontag, 1969, p. 46). A legislação sexual incorporou a atitude religiosa de que o sexo herético é especialmente um pecado abominável que merece as punições mais duras. Através de boa parte da história européia e norte-americana, um ato singular consensual de penetração anal era motivo para execução. Em alguns estados a sodomia continua carregando sentenças de vinte anos de prisão. Fora da lei, o sexo é uma categoria marcada. Pequenas diferenças de valor e ou comportamento são comumente experienciadas como uma ameaça cósmica. Ao passo em que as pessoas podem ser intolerantes, bobas e intrometidas sobre o que se constitui como uma boa dieta; diferenças no cardápio raramente provocam os tipos de ódio, ansiedade e absoluto terror que acompanham sistematicamente as diferenças no gosto erótico. Atos sexuais são sobrecarregados com um excesso de significância.

Sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais de acordo com um sistema hierárquico de valores sexuais. Heterossexuais maritais e reprodutivos estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. Clamando um pouco abaixo se

¹³ Veja por exemplo, “Papa enaltece os casais por controle pessoal”, San Francisco Chronicle, 13 de outubro de 1980; “Papa diz que a excitação sexual não é um pecado caso seja ética”, San Francisco Chronicle, 06 de novembro de 1980; “Papa condena a ‘luxúria carnal’ como abuso das liberdades humanas”, San Francisco Chronicle, 15 de janeiro de 1981; “Papa novamente critica o aborto e o controle de natalidade”, San Francisco Chronicle, 16 de janeiro de 1981; e “Sexualidade, não o sexo no céu” San Francisco Chronicle, 03 de dezembro de 1981. Veja também a nota de pé de página de número 18 abaixo.

encontram heterossexuais monogâmicos não casados em relação conjugal, seguidos pela maioria dos heterossexuais. O sexo solitário flutua ambigualmente. O estigma poderoso do século XIX sobre a masturbação hesita de formas menos potentes e modificadas, tal qual a idéia de que a masturbação é uma substituta inferior aos encontros em par. Casais lésbicos e gays estáveis, de longa duração, estão no limite da respeitabilidade, mas sapatões¹⁴ de bar e homens gays promíscuos estão pairando um pouco acima do limite daqueles grupos que estão na base da pirâmide. As castas sexuais mais desprezadas correntemente incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo como as prostitutas e modelos pornográficos, e abaixo de todos, aqueles cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais.

Indivíduos cujo comportamento está no topo desta hierarquia são recompensados com saúde mental certificada, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Na medida em que os comportamentos sexuais ou ocupações se movem para baixo da escala, os indivíduos que as praticam são sujeitos à presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas.

Um estigma extremo e punitivo mantém alguns comportamentos sexuais como baixo status e é uma sanção efetiva contra aqueles que as praticam. A intensidade deste estigma está enraizada nas tradições religiosas do ocidente. Mas muito do seu conteúdo contemporâneo deriva do opróbrio médico e psiquiátrico.

Os antigos tabus eram primariamente baseados nas formas de parentesco da organização social. Eles tinham o objetivo de deter uniões inapropriadas e prover a aliança adequada. Leis sexuais que derivavam dos pronunciamentos bíblicos eram destinadas a prevenir a aquisição de afins errados: aliança consangüínea (incesto), mesmo gênero (homossexualidade), ou espécies diferentes (bestialidade). Quando a medicina e a psiquiatria alcançaram poderes extensivos sobre a sexualidade, estavam menos preocupados com parceiros inadequados do que com formas impróprias de desejo. Se o tabu do incesto melhor categoriza os sistemas de parentesco da organização sexual, então o deslocamento para uma ênfase nos tabus contra a masturbação foi muito mais apropriado para os novos sistemas organizados em torno das qualidades da experiência erótica (Foucault, 1978, pp. 106-7).

¹⁴ NT: no original dykes.

A medicina e a psiquiatria multiplicaram as categorias de má conduta sexual. A seção sobre transtornos psico-sexuais no Diagnostic and Statistical Manual of Mental and Physical Disorders (DSM) da Associação Americana de Psiquiatria (APA) é um mapa bastante fiável da hierarquia moral corrente das atividades sexuais. A lista APA é muito mais elaborada do que as condenações tradicionais do meretrício, sodomia ou adultério. A mais recente edição, DSM-III, removeu a homossexualidade do registro de transtornos mentais após uma longa luta política. Mas o fetichismo, o sadismo, o masoquismo, transexualidade, travestismo, exibicionismo, voyerismo e a pedofilia permanecem fortemente arraigadas como disfunções psicológicas (American Psychiatric Association, 1980). Livros continuam sendo escritos sobre a gênese, etiologia, tratamento e cura dessas “doenças” classificadas.

A condenação psiquiátrica de comportamentos sexuais invoca conceitos de inferioridade mental e emocional ao invés de categorias de pecado sexual. Práticas sexuais de baixo status são difamadas como doenças mentais ou sintomas de uma integração defeituosa da personalidade. Além disso, termos psicológicos integram dificuldades de funcionamento psicodinâmico com modos de conduta erótica. Eles equalizam o masoquismo sexual com padrões de personalidade auto-destrutiva, sadismo sexual com agressão emotiva, e homoerotismo com imaturidade. Essas confusões terminológicas se tornaram estereótipos poderosos que são indiscriminadamente aplicados a indivíduos com base em sua orientação sexual.

A cultura popular é permeada com idéias que a variedade erótica é perigosa, doentia, depravada, e uma ameaça a tudo desde pequenas crianças até segurança nacional. A ideologia sexual popular é uma sopa nociva de idéias de pecado sexual, conceitos de inferioridade psicológica, anti-comunismo, histeria de massa, acusação de bruxaria, e xenofobia. A grande mídia sustenta essas atitudes com implacável propaganda. Eu chamaria esse sistema de estigma erótico a última forma de preconceito respeitável já que as formas mais antigas não mostraram tal vitalidade obstinada, e as novas continuamente não se tornam aparentes.

Todas essas hierarquias de valor sexual – religiosos, psiquiátricos e populares – funcionam em muito da mesma maneira como os sistemas ideológicos do racismo, etnocentrismo, e chauvinismo religioso. Eles racionalizam o bem-estar do sexualmente privilegiado e a adversidade da plebe sexual.

A Figura 1 diagrama uma versão geral do sistema de valor sexual. De acordo com esse sistema, a sexualidade que é “boa”, “normal”, e “natural” deve idealmente ser heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não-comercial. Deveria ser em casal, relacional, na mesma geração, e acontecer em casa. Não deveria envolver

pornografia, objetos fetichistas, brinquedos sexuais de qualquer tipo, ou outros papéis que não o masculino e feminino. Qualquer sexo que viole as regras é “mal”, “anormal” ou “não natural”. O sexo mal pode ser o homossexual, fora do casamento, promíscuo, não-procriativo, ou comercial. Pode ser masturbatório ou se localizar em orgias, pode ser casual, pode cruzar linhas geracionais, e pode se localizar em lugares “públicos”, ou ao menos em moitas ou saunas. Pode envolver o uso de pornografia, objetos fetichistas, brinquedos sexuais, ou papéis pouco usuais (veja Figura 1).

A Figura 2 diagrama outro aspecto da hierarquia sexual, a necessidade de desenhar e manter uma linha imaginária entre o bom sexo e o mau sexo. Muitos dos discursos sobre o sexo sejam eles religiosos, psiquiátricos, populares ou políticos, delimitam uma porção muito pequenina da capacidade humana sexual como consagrada, segura, saudável, madura, legal ou politicamente correta. A “linha” distingue esses de todos os outros comportamentos sexuais, que são entendidos então como o trabalho do demônio, perigosos, psicopatológicos, infantis, ou repreensíveis politicamente. Os argumentos são conduzidos então sobre “onde desenhar a linha”, e determinar que outras atividades, se é que alguma, possa ser permitida cruzar para o lugar da aceitabilidade.

Todos esses modelos assumem uma teoria dominó de perigo/risco sexual. A linha parece se posicionar entre a ordem e o caos sexuais. Expressa o medo de que se qualquer coisa é permitida no cruzamento desse DMZ erótico, a barreira contra o sexo assustador vai se desfazer e algo indizível vai escorregar para o campo.

A maioria dos sistemas de julgamento sexual – religioso, psicológico, feminista, ou socialista – objetivam determinar em que lado da linha um ato particular se enquadra. Apenas os atos sexuais no lado bom da linha são reconhecidos como moralmente complexos. Por exemplo, encontros heterossexuais podem ser sublimes ou repugnantes, livres ou forçados, curadores ou destrutivos, românticos ou mercenários. Desde que não violem outras regras, a heterossexualidade é reconhecida por exibir um quadro amplo da experiência humana. Em contraste, todos os atos sexuais no lado ruim da linha são considerados completamente repulsivos e desprovidos de toda nuance emocional. Quanto mais longe da linha está um ato sexual mais ele é representado uniformemente como uma má experiência.

Como resultado dos conflitos sexuais da última década, alguns comportamentos próximos à borda estão avançando por entre a linha. Casais não casados vivendo juntos, masturbação, e algumas formas de homossexualidade

estão movendo na direção da respeitabilidade (veja Figura 2). Boa parte da homossexualidade continua no lado mau da linha. Mas se ela é em casal e monogâmica, a sociedade está começando a reconhecer que ela inclui uma gama completa de interação humana. Homossexualidade promíscua, sadomasoquismo, fetichismo, transexualidade e encontros com cruzamento geracional ainda são vistos como horrores não modulados incapazes de envolver afeição, amor, escolha livre, gentileza ou transcendência.

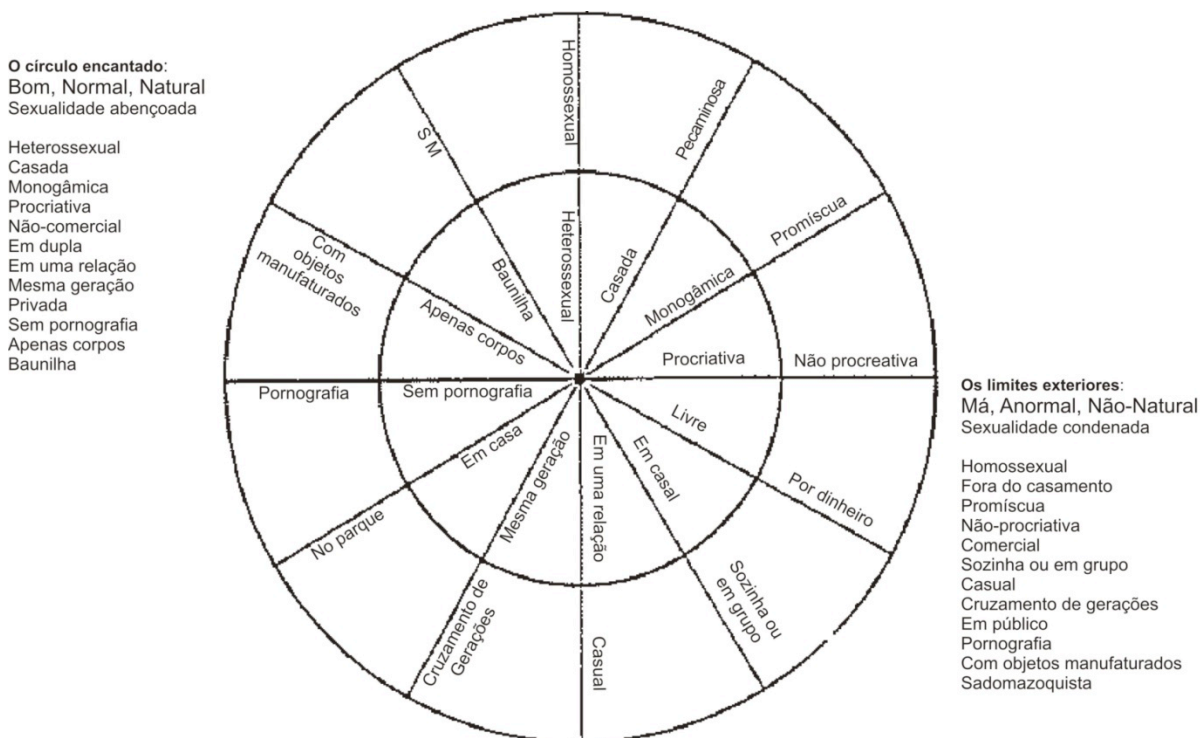


Figura 1 A hierarquia do sexo: o círculo encantado vs. os limites exteriores.

Este tipo de moralidade sexual tem mais em comum com as ideologias do racismo do que com uma verdadeira ética. Concede virtude aos grupos dominantes e relega o vício aos não privilegiados. Uma moralidade democrática deveria julgar os atos sexuais pela forma através das quais um parceiro trata o outro, o nível de consideração mútua, a presença ou ausência de coerção, e a quantidade e qualidade dos prazeres que eles proporcionam. Quer os atos sexuais sejam heteros ou gays, em casal ou em grupo, nus ou com roupa íntima, comercial ou não-comercial, com ou sem vídeo, não deveriam ser preocupações éticas.

É difícil desenvolver uma ética sexual pluralística sem o conceito de variação sexual benigna. Variação é uma propriedade fundamental de toda a vida, dos organismos biológicos mais simples até as formações sociais complexas dos humanos. Mas ainda supomos que a sexualidade deve se acomodar a um único

padrão. Uma das mais tenazes idéias sobre o sexo é que há a melhor forma de fazê-lo, e todos deveriam fazer dessa forma.

A maioria das pessoas tem dificuldade em compreender que aquilo que fazem sexualmente será repulsivo para alguém, e que alguma coisa que os repele sexualmente é o maior tesouro prazeroso para alguém, em algum lugar. Uma pessoa não precisa gostar ou fazer um ato sexual particular para que este ato seja reconhecido pelo desejo de outros, e que esta diferença não indica a falta de bom gosto, saúde mental, ou inteligência em qualquer uma das partes. A maioria das pessoas se equivoca ao posicionarem suas preferências sexuais como um sistema universal que vai ou deveria funcionar para todos.

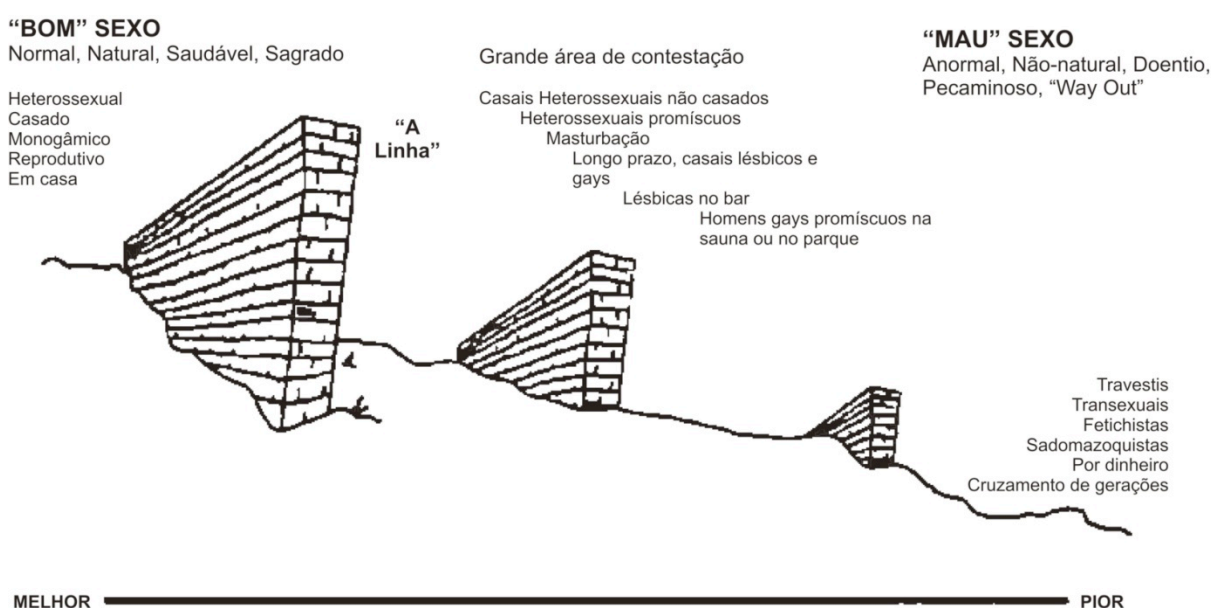


Figura 2 A hierarquia sexual: a luta por onde desenhar a linha

A noção de uma sexualidade ideal singular caracteriza a maioria dos sistemas de pensamento sobre o sexo. Para a religião o ideal é o casamento procriativo. Para a psicologia é a heterossexualidade madura. Apesar de se variarem os conteúdos, o formato de um padrão sexual singular é continuamente reconstituído dentro de outros enquadramentos retóricos, incluindo o feminismo e o socialismo. É tão objetivável quanto insistir que todos deveriam ser lésbicas, não-monogâmicos, ou bizarros, como acreditar que todos deveriam ser heterossexuais, casados ou baunilha – apesar da última série de opiniões ser respaldada por poderes consideravelmente mais coercitivos que os primeiros.

Progressistas que se envergonhariam em mostrarem chauvinismo cultural em outras áreas correntemente o exibem com respeito às diferenças sexuais. Aprendemos a estimar culturas diferentes como expressões da inventividade

humana ao invés de entendê-los como hábitos inferiores e repugnantes dos selvagens. Precisamos de um entendimento antropológico similar das diferentes culturas sexuais.

Pesquisas empíricas sobre o sexo é o campo que incorpora um conceito positivo da variação sexual. Alfred Kinsey abordou o estudo do sexo com a mesma curiosidade desinibida que ele havia aplicado ao examinar espécies de vespa. Seu distanciamento científico concedeu ao seu trabalho uma neutralidade refrescante que enfureceu moralistas e causou uma controvérsia imensa (Kinsey et al., 1948, 1953). Dentre os sucessores de Kinsey, John Gagnon e William Simon tem sido pioneiros na aplicação de entendimentos sociológicos para a variação erótica (Gagnon e Simon, 1967, 1970; Gagnon, 1977). Mesmo parte da velha sexologia é útil. Apesar de seu trabalho ser imbuído com crenças eugênicas enojantes, Havelock Ellis foi um observador perspicaz e compreensivo. Seu monumental *Studies in the Psychology of Sex* é magnífico no detalhamento (Ellis, 1936).

Muitos textos políticos sobre sexualidade revelam uma completa ignorância tanto da sexologia clássica como da pesquisa sexual moderna. Talvez isso aconteça por causa das poucas faculdades e universidades que se preocupam em ensinar a sexualidade humana, e porque tanto estigma se adere até mesmo na investigação acadêmica sobre o sexo. Nem a sexologia nem a pesquisa sexual tem sido imunes ao prevaletente sistema de valor sexual. Ambos contém assunções e informações que não devem ser aceitas a-criticamente. Mas a sexologia e a pesquisa sexual nos dão detalhes abundantes além do acolhimento de uma postura calma e bem desenvolvida para tratar a variedade sexual como algo que existe ao invés de algo que deve ser exterminado. Estes campos podem fornecer o alicerce empírico para uma teoria radical da sexualidade mais útil do que a combinação da psicanálise com os primeiros princípios do feminismo que tantos textos defendem.

Transformação Sexual

Como definido pelos antigos códigos civis e canônicos, a sodomia era uma categoria de atos proibidos; seu perpetrador não era nada mais do que seu sujeito judicial. O homossexual do século XIX se tornou um personagem, um passado, um caso histórico, e uma infância, além de ser um modo de vida, uma forma de vida e uma morfologia, com uma indiscrição, anatomia e possivelmente uma psicologia misteriosa... O sodomita tinha sido uma aberração temporária, o homossexual era agora uma espécie (Foucault, 1978, p. 43).

A despeito de muitas continuidades com formas ancestrais, os arranjos sexuais modernos tem um caráter distinto que os separam dos sistemas preexistentes. Na Europa ocidental e nos Estados Unidos a industrialização e a urbanização remodelou o rural tradicional e as populações campestres em um novo industrial urbano e força de trabalho. Isso gerou novas formas de aparato estatal, reorganizou as relações familiares, alterou os papéis de gênero, possibilitou novas formas de identidade, produziu novas variedades de desigualdade social e criou novos formatos para o conflito ideológico e político. Também deu origem a um novo sistema sexual caracterizado por distintos tipos de personagens sexuais, populações, estratificação e conflito político.

Os escritos da sexologia do século XIX sugerem a aparição de um tipo de especiação erótica. Entretanto, por mais estranhas que sejam suas explicações, os primeiros sexologistas estavam testemunhando a emergência de novos tipos de indivíduos eróticos e sua agregação em comunidades rudimentares. O sistema sexual moderno contém séries dessas populações sexuais, estratificadas pela operação de uma hierarquia social e ideológica. Diferenças no valor social criaram fricção entre esses grupos, que se engajam em competições políticas para alterar ou manter seu lugar no ranking. Políticas sexuais contemporâneas deveriam ser reconceitualizadas em termos da emergência e desenvolvimento em curso desses sistemas, suas relações sociais, as ideologias com as quais são interpretadas, e seus modos característicos de conflito.

A homossexualidade é o melhor exemplo desse processo de especiação erótica. O comportamento homossexual está sempre presente dentre os humanos. Mas em diferentes sociedades e épocas ela será recompensada ou punida, necessária ou proibida, uma experiência temporária ou uma vocação para toda a vida. Em algumas sociedades da Nova Guiné, por exemplo, atividades homossexuais são obrigatórias para todos os homens. Ato homossexuais são considerados completamente masculinos, os papéis são baseados na idade, e os parceiros são determinados pelo status do parentesco (Herdt, 1981; Kelly, 1976; Rubin, 1974, 1982; Baal, 1966; Williams, 1936). Ao passo em que esses homens se engajam em comportamentos extensivamente homossexuais e pedófilos, eles não são nem homossexuais, nem pederastas.

Nem o sodomita do século XVI era um homossexual. Em 1631, Mervyn Touchet, Conde de Castlehaven, foi processado e executado por Sodomia. É claro a partir dos procedimentos que o conde não se entendia ou fora entendido por qualquer pessoa como sendo um tipo particular de indivíduo sexual. “Enquanto a

partir do ponto de vista do século XX o Lorde Castlehaven obviamente sofreria de problemas psicosexuais necessitando dos serviços de um analista, a partir do ponto de vista do século XVII ele deliberadamente infringiu a Lei de Deus e as Leis da Inglaterra, e necessitava dos serviços simples de um executor” (Bingham, 1971, p. 465). O conde não escorregou para seu mais justo doublet¹⁵ e valsou para a taverna gay mais próxima para se misturar com seus companheiros sodomitas. Ele ficou em sua mansão e sodomizou seus servantes. Uma sensibilidade pessoal gay, bares gays, o sentido de uma comunalidade grupal e até mesmo o termo homossexual não eram parte do universo do conde.

O solteiro da Nova Guiné e o nobre sodomita estão apenas tangencialmente relacionados com o homem gay moderno, quem pode migrar do Colorado para São Francisco para viver em uma vizinhança gay, trabalhar em uma empresa gay, e participar em uma elaborada experiência que inclui uma identidade auto-consciente, solidariedade grupal, uma literatura, uma imprensa e um alto nível de atividade política. Nas sociedades ocidentais industriais modernas, a homossexualidade adquiriu muito da estrutura institucional de um grupo étnico (Murray, 1979).

A realocação do homoerotismo dentro dessa quasi-etnia, nucleada, comunidades constituídas sexualmente, é em certa medida consequência da transferência de populações trazida pela industrialização. Como os operários migraram para trabalhar nas cidades, houve uma ótima oportunidade para comunidades voluntárias se formarem. A homossexualidade tendeu homens e mulheres – que estariam vulneráveis e isolados na maioria das vilas pré-industriais – a começaram a se congregar nas pequenas esquinas das grandes cidades. A maioria das grandes cidades do século XIX na Europa ocidental e América do Norte tinham áreas onde homens poderiam caçar¹⁶ outros homens. Comunidades lésbicas parecem ter se unido mais lentamente e em menor escala. Contudo, por volta dos anos 1980, havia uma série de cafés em Paris perto da Place Pigalle que atendia uma clientela lésbica, e é provável que haja lugares similares em outras grandes cidades da Europa ocidental.

Áreas como essa ganham uma má reputação, o que alertava indivíduos interessados em sua existência e locação. Nos Estados Unidos dos anos 1950, territórios lésbicos e gays eram bem estabelecidos em Nova Iorque, Chicago, São

¹⁵ NT: jaqueta masculina de botão da época da Renascença.

¹⁶ NT: no original cruising.

Francisco e Los Angeles. Migrações motivadas sexualmente para lugares como o Greenwich Village se tornou um fenômeno sociológico bastante grande. No final dos anos 1970 as migrações sexuais estavam ocorrendo em uma escala tão significativa que começou a ter um impacto reconhecível na política urbana dos Estados Unidos, tendo São Francisco como seu mais nobre e notável exemplo¹⁷.

A prostituição passou por uma metamorfose similar. A prostituição começou a mudar de um trabalho temporário para uma ocupação mais permanente como resultado da agitação do século XIX, a reforma legal e a perseguição policial. Prostitutas, que tinham sido parte da população geral da classe trabalhadora, se tornaram cada vez mais isoladas como membros de um grupo exilado (Walkwitz, 1980). Prostitutas e outros trabalhadores do sexo se diferenciam dos homossexuais e outras minorias sexuais. O trabalho do sexo é uma ocupação, no passo em que o desvio sexual é uma preferência erótica. Mesmo assim eles compartilham algumas características comuns de organização social. Como os homossexuais, as prostitutas são uma população sexual criminosa estigmatizada com base na atividade sexual. Prostitutas e homossexuais masculinos são a presa primária das polícias do vício em todo o lugar¹⁸. Como homens gays, as prostitutas ocupam territórios urbanos bem determinados e se confrontam com a polícia para defender e manter esses territórios. A perseguição legal de ambas as populações é justificada por uma ideologia elaborada que os classifica como seres perigosos e inferiores indesejáveis, que tem o direito de serem deixados em paz.

Além de organizar homossexuais e prostitutas em populações localizadas, a “modernização do sexo” gerou um sistema de etnogênese sexual contínua. Outras populações de dissidentes eróticos – comumente conhecidos como “perversões” ou “parafilias” – também começaram a aderir. As sexualidades se mantêm marchando para fora do Diagnostic and Statistical Manual e para as páginas da história social. No presente vários grupos tentam emular os sucessos dos homossexuais. Bissexuais, sadomasoquistas, indivíduos que preferem encontros com cruzamento de gerações, transexuais e travestis estão todos em vários estágios de formação de comunidades e aquisição de identidade. As perversões não estão proliferando tanto

¹⁷ Para adicional elaboração sobre esses processos veja: Bêrubé (1981a); D’Emilio (1981, 1983); Foucault (1978); Katz (1976); Weeks (1977, 1981).

¹⁸ Policiais do vício também perseguem todos os negócios do sexo, sejam eles bares gays, saunas gays, livrarias adultas, os produtores e distribuidores de erótica comercial ou clubes de swing.

quanto tentando alcançar espaço social, pequenos negócios, recursos políticos, e um certo alívio das penalidades pela heresia sexual.

Estratificação Sexual

Toda uma sub-raça nasceu, diferente – apesar de alguns laços de parentesco – dos libertinos do passado. Do final do século XVIII até o nosso, eles circularam nos poros da sociedade, foram sempre perseguidos, mas nem sempre pelas leis; freqüentemente trancados, mas nem sempre em prisões; talvez estivessem doentes, mas vítimas escandalosas e perigosas, presas de um mal que também enfastiado pelo nome de vício e algumas vezes crime. Eram crianças muito mais espertas para sua idade, garotinhas precoces, alunos escolares ambíguos, serventes e educadores dúbios, maridos cruéis ou maníacos; colecionadores solitários, vagabundos com impulsos bizarros; eles assombraram as casas de correção, as colônias penais, os tribunais e os asilos; eles levavam sua infâmia ao médico e sua doença ao juiz. Essa era a incontável família dos pervertidos que eram em termos amigáveis com os delinqüentes e aparentados com os loucos (Foucault, 1978, p. 40).

A transformação industrial da Europa ocidental e da América do Norte trouxe novas formas de estratificação social. As resultantes desigualdades de classe são bem sabidas e esse saber tem sido explorado em detalhe por um século. A construção de sistemas modernos de racismo e injustiça étnica tem sido bem documentada e criticamente avaliada. O pensamento feminista tem analisado a organização prevalecente da opressão de gênero. Mesmo que grupos eróticos específicos como os militantes homossexuais e trabalhadores do sexo, tenham lutado contra seu próprio mau tratamento, não houve tentativa equivalente de localizar variedades particulares da perseguição sexual em um sistema mais geral de estratificação sexual. Contudo tal sistema existe e sua forma contemporânea é fruto da industrialização ocidental.

Legislação sexual é o instrumento mais rígido da estratificação sexual e da perseguição erótica. O estado intervém no comportamento sexual em um nível que não seria tolerado em outras áreas da vida social. Muitas pessoas não estão conscientes da extensão da legislação sexual, a quantidade e qualidade do comportamento sexual ilegal e o caráter punitivo das sanções legais. Apesar das agências federais poderem estar envolvidas em casos de obscenidade e prostituição, a maioria das leis sexuais é ordenada em nível estadual ou municipal e seu reforço está largamente nas mãos da polícia local. Deste modo há uma tremenda quantidade de variação nas leis aplicável a qualquer lugar determinado. Além de que o reforço das leis sexuais varia dramaticamente de acordo com o clima político local. Apesar dessa floresta legal, uma pessoa pode tentar fazer algumas

generalizações qualificadas. Minha discussão sobre legislação sexual não se aplica às leis contra a coerção sexual, violência sexual ou estupro. Minha discussão pertence à miríade de proibições do sexo consensual e do “status” de ofensa como o estupro estatutário.

A legislação sexual é severa. As penalidades pela violação dos estatutos do sexo são universalmente fora de proporção de qualquer dano social ou individual. Um ato singular de sexo consensual, mas ilícito, como posicionar o lábio na genitália de um parceiro entusiasta, é punido em muitos estados com mais gravidade do que o estupro, assédio ou assassinato. Cada um como o beijo genital ou a carícia lasciva, é um crime separado. Desta forma é, portanto, fácil cometer múltiplos crimes no curso de uma noitada de paixão ilícita. Uma vez que a pessoa é condenada por violação sexual, uma segunda performance do mesmo ato é fundamento para perseguição como ofensor reincidente, no qual as penalidades serão ainda mais severas. Em alguns estados, indivíduos se tornaram criminosos reincidentes por fazerem amor homossexual em duas diferentes ocasiões. Uma vez que uma atividade erótica é proscrita pela legislação sexual, todo o poder de estado reforça a submissão aos valores incorporados nessas leis. Legislação sexual é notoriamente fácil de ser aprovada, já que os legisladores são avessos a serem compassíveis com o vício. Uma vez nos livros são difíceis de serem desalojados.

A legislação sexual não é um reflexo perfeito das avaliações morais prevalentes na conduta sexual. A variação sexual per se é mais especificamente policiada por profissionais da saúde mental, ideologia popular e práticas sociais extra-legais. Alguns dos mais detestáveis comportamentos eróticos, como o fetichismo e o sadomasoquismo, não são tão completamente ou rigorosamente regulados pelo sistema de justiça criminal como práticas de alguma forma menos estigmatizadas, como a homossexualidade. Áreas do comportamento sexual chegam ao alcance da lei quando se tornam objeto de preocupação social ou tumulto político. Cada pânico sexual ou campanha moral deposita novas regulações como um tipo de registro fóssil de sua passagem. O sedimento legal é mais espesso – e a legislação sexual tem sua potência máxima – em áreas que envolvem obscenidade, dinheiro, menores e homossexualidade.

As leis de obscenidade reforçam um tabu poderoso contra a representação direta de atividades eróticas. A legislação sexual incorpora uma proibição muito forte contra a mistura entre sexo e dinheiro, exceto quando é via casamento. Além disso aos estatutos de obscenidade, outras leis que impingem o sexo comercial incluem as leis anti-prostituição, regulações sobre bebidas alcoólicas e ordenanças

que governam o local e operação de “negócios” adultos. A indústria do sexo e a economia gay ambas de alguma forma conseguiram contornar algumas dessas legislações, mas o processo não foi fácil nem simples. A criminalidade subjacente de negócios orientados pelo sexo os mantém marginais, pouco desenvolvidos e distorcidos. Negócios do sexo só podem operar em lacunas legais. Isso mantém baixo o investimento e para desviar o comércio do sexo a ficar fora da prisão ao invés de prover bons serviços e bens. Também torna os trabalhadores do sexo mais vulneráveis a exploração e más condições de trabalho. Caso o comércio do sexo fosse legal, os trabalhadores do sexo seriam mais aptos a organizar e lutar por melhores ordenamentos, melhores condições e maior controle e menos estigma.

Qualquer que seja a posição que a pessoa tenha sobre o comércio capitalista, tal exclusão extrema do processo de mercado dificilmente seria socialmente aceita em outras áreas de atividade. Imagine, por exemplo, que a troca de dinheiro para cuidado médico, conselho farmacêutico ou aconselhamento psicológico fossem ilegais. A prática médica teria lugar em condições menos habituais se os médicos, enfermeiras, farmacêuticos e terapeutas fossem arrastados para a prisão segundo os caprichos da “patrulha da saúde” local. Essa é essencialmente a situação das prostitutas, dos trabalhadores do sexo e dos empreendedores/empresários do sexo.

O próprio Marx considerava o mercado capitalista uma força revolucionária, caso limitada. Ele argumentava que o capitalismo era progressivo na dissolução da superstição pré-capitalista, preconceitos e as ligações dos modos tradicionais de vida. “A contar do início da civilizante influência do capital, sua produção de um estado de sociedade comparado com a qual todos os estágios anteriores parecem meramente um progresso local e uma idolatria da natureza” (Marx, 1971, p. 94). Mantendo o sexo à margem da percepção de um efeito positivo da economia de mercado dificilmente o faz socialista.

A lei é especialmente feroz em manter a fronteira entre a “inocência” infantil e a sexualidade “adulta”. Ao invés de reconhecer a sexualidade do jovem, e tentar provê-los de maneira cuidadosa e responsável, nossa cultura nega e pune o interesse e atividades eróticos de qualquer pessoa menor que o consentimento de idade local. A quantidade de leis protegendo os jovens da exposição prematura à sexualidade é de tirar o fôlego.

O mecanismo primário para garantir a separação sexual geracional são as leis do consentimento de idade. Essas leis não fazem distinção entre o mais brutal estupro e o mais gentil romance. Uma pessoa de 20 anos condenada por contato

sexual com outra de 17 anos enfrentará a mais severa sentença em virtualmente todos os estados, independentemente da natureza da relação (Norton, 1981)¹⁹. Nem os menores são permitidos acessarem a sexualidade “adulta” em quaisquer formas. Eles são proibidos de ler livros, ver filmes ou televisão nos quais a sexualidade é “muito” graficamente retratada. É legal para jovens pessoas verem descrições horrendas de violência, mas não fotos explícitas da genitália. Jovens sexualmente ativos são freqüentemente encarcerados em casas juvenis, ou de outras formas punidos por sua “precocidade”.

Adultos que se desviem muito dos padrões convencionais de conduta sexual são comumente negados do contato com a juventude, mesmo os seus. Leis de custódia permitem ao estado roubar as crianças de qualquer pessoa cujas atividades eróticas parecem questionáveis para o juiz que trata questões de família. Incontáveis lésbicas, homens gays, prostitutas, swingers, trabalhadores do sexo e mulheres “promíscuas” foram declarados inaptos para a parentalidade abaixo de tais provisões. Membros das profissões ligadas à educação são monitorados de perto na busca por sinais de má conduta sexual. Na maioria dos estados as leis de certificação exigem que o professor detido por ofensas sexuais perca seu emprego e credenciais. Em alguns casos, o professor pode ser demitido meramente porque um estilo de vida não convencional se tornou sabido por servidores da escola. Depravação moral é uma das poucas áreas legais para revogar a ocupação acadêmica (Beserra, Franklin, e Clevenger, 1977, p. 165–7). Quanto mais influência a pessoa tem sobre a próxima geração, menos latitude lhe é permitida em comportamento e opinião. O poder coercitivo da lei garante a transmissão dos valores sexuais conservadores com esses tipos de controle sobre a parentalidade e a prática docente.

O único comportamento sexual adulto que é legal em todos os estados é a colocação do pênis na vagina no matrimônio. Estatutos de consentimento adulto aperfeiçoam essa situação em menos que metade dos estados. A maioria dos estados prevê penalidades criminais severas para a sodomia consensual, adultério, sedução e incesto adulto. Leis de sodomia variam muito. Em alguns estados elas se aplicam tanto a parceiros homossexuais como heterossexuais e independem do status marital. Alguns tribunais estaduais tem decidido que os casais casados tem o direito de praticar a sodomia no âmbito privado. Apenas a sodomia homossexual é ilegal em alguns estados. Alguns estatutos de sodomia proíbem tanto o sexo anal

¹⁹ Este artigo (Norton, 1981) é um sumário esplêndido de muitas leis sexuais correntes e é leitura necessária para qualquer pessoa interessada em sexo.

como o contato oral-genital. Em alguns estados a sodomia se aplica apenas à penetração anal, e o sexo oral é coberto por estatutos separados (Besera et al., 1973, pp.163-8)²⁰.

Leis como essas criminalizam o comportamento sexual que é livremente escolhido e avidamente procurados. A ideologia incorporada nelas reflete as hierarquias de valor discutidas acima. Isso é, alguns atos sexuais são considerados como intrinsecamente pervertidos que ninguém deveria ser permitido praticá-los sob nenhuma circunstância. O fato de indivíduos consentirem ou até mesmo preferirem eles é tomado como evidência adicional da depravação. Este sistema de legislação sexual é similar ao racismo legalizado. A proibição estatal do contato sexual entre pessoas do mesmo sexo, penetração anal e sexo oral faz com que os homossexuais sejam um grupo criminoso negados do privilégio da cidadania total. Com tais leis, acusação é perseguição. Mesmo quando não são rigorosamente reforçadas, como é geralmente o caso, membros de comunidades sexuais minoritárias permanecem vulneráveis à possibilidade da prisão arbitrária, ou a períodos em que se tornam objeto de pânico social. Quando estes ocorrem, as leis estão no lugar e a ação policial é veloz. Mesmo os reforços esporádicos servem para lembrar os indivíduos que eles são membros de uma população sujeitada. A prisão ocasional por sodomia, comportamento lascivo, solicitação ou sexo oral mantém todos os outros com medo, nervosos e circunspectos.

O Estado também defende a hierarquia sexual através da regulação burocrática. A política de imigração ainda proíbe a admissão de homossexuais (ou outros “desviantes” sexuais) nos Estados Unidos. Regulações militares barram homossexuais de servirem nas forças armadas. O fato que as pessoas gays não podem se casar legalmente significa que não podem gozar os mesmos direitos legais de heterossexuais de muitas formas, incluindo a herança, tributação, proteção de testemunho em tribunal, e a aquisição de cidadania para companheiros estrangeiros. Esses são alguns de muitas formas nas quais o estado reflete e mantém as relações sociais de sexualidade. A lei dá suporte as estruturas de poder, códigos de comportamento e formas de preconceito. Na pior das hipóteses, a legislação sexual e a regulação sexual são simplesmente uma apartheid sexual.

Apesar do aparato legal do sexo ser cambaleante, a maior parte do controle social é extra-legal. Menos formal, mas sacões sociais muito efetivas são impostas aos membros de populações sexuais “inferiores”.

²⁰ Esta edição primária do Código Sexual da Califórnia precedeu o estatuto de consentimento adulto e conseqüentemente dá uma melhor visão global das leis de sodomia.

Em seu maravilhoso estudo etnográfico da vida gay nos anos 1960, Esther Newton observou que a população homossexual era dividida em o que ela chamou de “ostensivos” e “encobertos”²¹. “Os ostensivos vivem toda a sua vida profissional dentro do contexto da comunidade (gay); os encobertos vivem toda a sua vida não-profissional nesta comunidade” (Newton, 1972, p. 21, ênfase no original). No momento da pesquisa de Newton a comunidade gay fornecia bem menos empregos do que hoje em dia, e o mundo do trabalho não-gay era quase totalmente intolerante com homossexuais. Houve alguns indivíduos bem sucedidos que puderam ser abertamente gays e ganhavam salários decentes. Mas a vasta maioria dos homossexuais tinha que escolher entre uma pobreza honesta ou a tensão em manterem uma falsa identidade.

Apesar de essa situação ter mudado muito, a discriminação contra pessoas gays ainda é excessiva. Para a grande massa da população gay, ser assumido no emprego ainda é impossível. Geralmente o mais importante e mais bem pago no trabalho, menos a sociedade irá tolerar um ostensivo “desvio” erótico. Se é difícil para pessoas gays encontrarem emprego onde não precisem fingir, é duplamente ou triplamente mais difícil para indivíduos mais exoticamente sexuados. Os sadomasoquistas deixam suas roupas fetichistas em casa, e sabem que devem ser super cuidados na ocultação de suas verdadeiras identidades. Um pedófilo exposto seria provavelmente chutado para fora do escritório. Ter que manter uma discrição absoluta é um fardo considerável. Mesmo aqueles que se satisfazem com o segredo podem ser expostos por algum evento acidental. Indivíduos que não são convencionais eroticamente arriscam ficarem desempregados ou incapazes de seguirem a carreira de sua escolha.

Servidores públicos ou qualquer pessoa que ocupe uma posição de consequência social são especialmente vulneráveis. Um escândalo sexual é o método mais seguro para perseguir alguém e botá-lo para fora do escritório ou para destruir uma carreira política. O fato de que a expectativa é que pessoas importantes se conformam aos mais rígidos padrões de conduta sexual desencoraja pervertidos sexuais de todos os tipos de tentarem essas posições. Ao invés disso, dissidentes sexuais são direcionados para posições que tenham menos impacto nos grandes circuitos de atividades sociais e opiniões.

A expansão da economia gay na última década tem proporcionado algumas alternativas de emprego e algum alívio à discriminação no local de trabalho contra

²¹ NT: no original ‘overts’ e ‘coverts’.

homossexuais. Mas a maioria dos empregos fornecidos pela economia gay é de baixo status e salários. Garçons, atendentes de sauna, e disc-jockeys (DJs) não são bancários ou executivos corporativos. Muitos dos imigrantes sexuais que afluem para lugares como São Francisco são descendentemente móveis. Eles encaram uma competição intensa por posições escolhidas. O influxo dos migrantes sexuais fornece um amplo espectro de mão de obra barata e explorável para muitos negócios da cidade, tanto gays como heterossexuais.

As famílias têm papel crucial no reforço da conformidade sexual. Muito da pressão social é trazida para suportar a negação aos dissidentes eróticos dos confortos e recursos que a família possui. A ideologia popular sustenta que não se espera da família produzir ou acolher a não conformidade sexual. Muitas famílias respondem tentando reformar, punir ou exilar membros que sejam ofensores sexuais. Muitos migrantes sexuais foram expulsos de casa por suas famílias, e muitos fogem da ameaça da institucionalização. Qualquer coleção aleatória de homossexuais, trabalhadores do sexo ou pervertidos diversos pode fornecer histórias de partir o coração sobre rejeição e mau tratamento por famílias horrorizadas. O Natal é maior feriado familiar nos Estados Unidos e conseqüentemente é momento de tensão na comunidade gay. Metade dos habitantes vão de encontro a suas famílias de origem, muitos dos que sobram nos guetos gays não podem fazê-lo e então revivem sua raiva e tristeza.

Além das penalidades econômicas e da tensão familiar, o estigma da dissidência erótica cria fricção em todos os outros aspectos da vida cotidiana. O público geral auxilia a penalizar a não conformidade sexual quando, de acordo com os valores que lhes foram ensinados, locatários negam habitação, vizinhos chamam a polícia, e vadios cometem assédio sancionado. As ideologias de inferioridade e perigo sexuais diminuem o poder dos pervertidos sexuais e dos trabalhadores do sexo em encontros sociais de todos os tipos. Eles tem menos proteção dos comportamentos inescrupulosos ou criminais, menor acesso à proteção policial e menos recurso aos tribunais. Lidar com instituições e burocracias - hospital, médico legista da polícia, bancos, servidores públicos - é mais difícil.

O sexo é vetor da opressão. O sistema de opressão sexual corta transversalmente outros modos de desigualdade social, separando os indivíduos e grupos de acordo com suas próprias dinâmicas intrínsecas. Não é reduzível a, ou entendível em termos de, classe, raça, etnicidade ou gênero. Sucesso financeiro, cor branca, gênero masculino e privilégio étnico podem mitigar os efeitos da estratificação sexual. Um homem pervertido que seja rico e branco geralmente será

menos afetado do que uma mulher pervertida que seja pobre e negra. Mas nem os mais privilegiados estão imunes à opressão sexual. Algumas das conseqüências do sistema de hierarquia sexual são meros aborrecimentos. Outras são muito graves. Em suas manifestações mais sérias, o sistema sexual é o pesadelo kafkiano em que vítimas azarentas se tornam rebanhos de humanos cuja identificação, vigilância, apreensão, tratamento, encarceramento e punição produz emprego e realização pessoal para milhares de policiais do vício, oficiais das prisões, psiquiatras e assistentes sociais²².

Conflitos Sexuais

Os pânicos morais cristalizam medos e ansiedades muito difundidos, e muitas vezes lidam com eles não pela procura das reais causas dos problemas e as condições que eles demonstram mas deslocando-os como “Demônios do Povo” em um certo grupo social identificado (comumente chamado de “imoral” ou “degenerado”). A sexualidade tem tido uma centralidade particular em tais pânicos, e os “desviantes” sexuais tem sido bodes expiatórios onipresentes (Jeffrey Weeks, 1981, p. 14).

O sistema social não é uma estrutura monolítica, onipotente. Há batalhas contínuas sobre as definições, avaliações, arranjos, privilégios, e custos do comportamento sexual. A luta política sobre o sexo assume formas características.

A ideologia sexual tem papel crucial na experiência sexual. Conseqüentemente as definições e avaliações da conduta sexual são objeto de amarga contestação. Os confrontos entre a inicial liberação gay e o estabelecimento psiquiátrico são o melhor exemplo desse tipo de luta, mas há combates constantes. Recorrentes batalhas tomam lugar entre os produtores primários da ideologia sexual – as igrejas, a família, os psiquiatras e a mídia – e os grupos cuja experiência eles nomeiam, distorce e põe em perigo.

A regulação legal da conduta sexual é outro campo de batalha. Há mais de um século Lysander Spooner dissecou a coerção moral sancionada pelo estado em um texto inspirado primariamente nas campanhas de temperança. Em *Vices Are Not Crimes: A Vindication of Moral Liberty*, Spooner argumenta que os governos devem proteger seus cidadãos do crime; mas é tolo, injusto e tirânico legislar contra o vício. Ele discute racionalizações que ainda escutamos hoje que defendem o

²² D’Emilio (1983, pp. 40–53) tem uma discussão excelente sobre a opressão gay nos anos 1950 que cobre muitas áreas que mencionei. A dinâmica que ele descreve, entretanto é operativa em formas modificadas para outras populações eróticas e em outros períodos. O modelo específico de opressão gay necessita ser generalizado para ser aplicado, com as devidas modificações, a outros grupos sexuais.

moralismo legalizado – que “vícios” (Spooner está falando da bebida, mas se pode substituí-la pelo uso de homossexualidade, prostituição ou consumo recreativo de drogas) levam a crimes, e, portanto devem ser prevenidos; os que praticam os “vícios” são non compos mentis e, portanto deveriam ser protegidos de sua autodestruição pela ruína do estado-realizado; e que as crianças deveriam ser protegidas de pensamento supostamente prejudicial (Spooner, 1977). O discurso dos crimes sem vítima não mudou muito. A luta jurídica sobre a legislação sexual vai continuar até liberdades básicas de ação e expressão sexual forem garantidas. Isso significa revogar todas as leis sexuais exceto as poucas que lidam com coerção real e não estatutária; e que implique na abolição dos esquadrões do vício, cujo trabalho é reforçar a moralidade legislada.

Em soma às guerras por definição e legais, há formas menos óbvias de conflito político que eu nomeio como guerras de território e fronteira. Os processos através dos quais as minorias sexuais formam comunidades e as forças que buscam para restringi-las leva a combates sobre a natureza e limites das zonas sexuais.

A sexualidade dissidente é mais rara e também vigiada mais de perto nas pequenas cidades ou áreas rurais. Como conseqüência, a vida metropolitana continuamente acena para jovens pervertidos. A migração sexual cria pólos concentrados de potenciais parceiros, amigos e sócios. Permite que os indivíduos criem redes adultas de afinidade nas quais viverem. Mas há muitas barreiras as quais os migrantes sexuais devem superar.

De acordo com a grande mídia e preconceito popular, os mundos sexuais marginais são ermos e perigosos. São retratados como empobrecidos e feios, habitados por psicopatas e criminosos. Novos migrantes devem ser suficientemente motivados a resistir ao impacto dessas imagens desencorajantes. Tentativas de enfrentar a propaganda negativa com informações mais realistas geralmente se esbarram na censura, e ainda há lutas ideológicas contínuas sobre que representações das comunidades sexuais chegam à mídia popular.

Informações sobre como encontrar, ocupar e viver nos mundos sexuais marginais também são suprimidas. Guias de navegação são escassos e imprecisos. No passado, fragmentos de rumores, fofocas distorcidas e má publicidade eram as dicas disponíveis para os lugares de clandestinidade das comunidades eróticas. No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, uma informação melhor ficou disponível. Agora grupos como a Maioria Moral querem reconstruir os muros ideológicos que circundam a clandestinidade e fazer o trânsito para dentro e para fora destas o mais difícil possível.

A migração é cara. Os custos de transporte, mudança e a necessidade de encontrar trabalho e moradia são dificuldades econômicas que migrantes sexuais devem superar. Essas são barreiras impostas especialmente aos jovens, que são freqüentemente os mais desesperados para mudar. Há, entretanto, rotas dentro das comunidades eróticas as quais deixam pistas no oceano de propaganda e provê algum abrigo econômico ao longo do caminho. A educação superior pode ser uma rota para jovens de origens abastadas. Apesar das sérias limitações, a informação sobre comportamento sexual na maioria das faculdades e universidades é melhor do que em todos os outros lugares, e muitas delas abrigam pequenas redes eróticas de todos os tipos.

Para crianças mais pobres o serviço militar é comumente o jeito mais fácil para se livrar o quanto antes de onde quer que estejam. As proibições sobre a homossexualidade tornam esta rota perigosa. Apesar de jovens queer continuamente tentarem usar as forças armadas para saírem de situações domésticas intoleráveis e chegarem mais perto de comunidades gays funcionais, eles enfrentam os riscos da exposição, corte marcial e dispensa desonrosa.

Uma vez nas cidades, populações eróticas tendem a se nuclear e a ocupar um território regular e visível. Igrejas e outras forças contra o vício constantemente pressionam as autoridades locais para conter tais áreas, reduzir sua visibilidade ou dirigi-las para fora da cidade. Existem repressões constantes nas quais os esquadrões locais do vício são soltos na população que controlam. Homens gays, prostitutas e algumas travestis são suficientemente numerosos e territoriais para se engajarem em confrontos intensos com os policiais na garantia de determinadas ruas, parques e becos. Tais guerras por fronteira são usualmente inconclusivas, mas resultam em muitas vítimas.

Boa parte do século os submundos sexuais tem sido marginais e empobrecidos e seus residentes submetidos a estresse e exploração. O sucesso espetacular dos empreendedores gays em diversificar a economia gay alterou a qualidade de vida dentro do gueto gay. O nível de conforto material e elaboração social atingido pela comunidade gay nos últimos quinze anos não tem precedentes. Mas é importante lembrar o que aconteceu com milagres similares. O crescimento da população negra em Nova Iorque no início do século XX levou à Renascença do Harlem, mas o período de criatividade foi arrefecido pela Depressão. A prosperidade relativa e o florescimento cultural do gueto podem ser igualmente frágeis. Como os negros que vieram do Sul para o Norte metropolitano, os homossexuais meramente trocaram problemas rurais por problemas urbanos.

Os pioneiros gays ocuparam vizinhanças centrais, mas que decaíram. Conseqüentemente elas fazem fronteira com vizinhanças pobres. Gays, especialmente aqueles de baixa renda, acabam competindo com outros grupos de baixa renda pelo suprimento de habitação barata e razoável. Em São Francisco a competição por habitação de baixa renda tem exacerbado tanto o racismo como a homofobia, e é uma das fontes da epidemia de violência urbana contra homossexuais. Ao invés de ficarem invisíveis e isolados em ambientes rurais, os gays urbanos agora são numerosos e alvo fácil das frustrações urbanas.

Em São Francisco o crescimento desenfreado de arranha-céus no centro e condomínios de alto luxo está evaporando com a habitação acessível. Construções de alto custo estão criando pressão em todos os habitantes da cidade. Inquilinos gays pobres são visíveis nas comunidades de baixa renda, empreiteiros multimilionários não. O espectro da “invasão homossexual” é uma ótima linha de fuga que desvia a atenção dos bancos, do conselho de planejamento, do estabelecimento político, e dos grandes desenvolvimentistas. Em São Francisco a qualidade de vida da comunidade gay se enredou em assuntos de força maior das políticas imobiliárias urbanas.

A expansão do centro afeta todo o território do submundo erótico. Tanto em São Francisco como em Nova Iorque as construtoras de alto investimento e a renovação urbana penetraram nas principais áreas de prostituição, pornografia e bares leather²³. Os desenvolvimentistas estão salivando em cima de Times Square, do Tenderloin, do que sobrou de North Beach e do sul do Market. Ideologia anti-sexo, leis de obscenidade, regulações da prostituição, e os códigos de bebidas alcoólicas são todos usados para desalojar negócios adultos puídos, trabalhadores do sexo, e leathermen. Em dez anos todas essas áreas terão sido tratoradas e se tornaram seguras para centros de convenções, hotéis internacionais, sedes corporativas e habitação para os ricos.

O tipo mais importante e conseqüente de conflito sexual é o que Jeffrey Weeks chamou de “pânico moral”. Pânicos morais são o “momento político” do sexo, em que atitudes difusas são canalizadas em ação política e a partir disso em mudança social²⁴. A histeria da escravidão branca dos anos 1880, as campanhas

²³ NT: fui informado por um ativista gay que há a emergência dos termos “couro” e “povo do couro” para leather e leathermen. Entretanto percebo que estas categorias em português ainda não são generalizadas e que há o uso corrente dos termos em inglês. Por isso os mantenho neste texto.

²⁴ Adotei essa terminologia de uma discussão bastante útil em Weeks, 1981, pp.14-15.

anti-homossexual dos anos 1950 e o pânico da pornografia infantil no final dos anos 1970 foram pânicos morais típicos.

Devido a sexualidade nas sociedades ocidentais ser tão mistificada, as guerras sobre ela são comumente combatidas a partir de ângulos oblíquos, focadas num alvo falso, conduzidas com paixões deslocadas, e são altamente e intensamente simbólicas. Atividades sexuais muitas vezes funcionam como significante de apreensões sociais e pessoais com as quais não tem uma conexão intrínseca. Durante um pânico moral tais medos se ligam a uma infeliz população ou atividade sexual. A mídia se torna inflamada com indignação, o público se comporta como uma massa fanática, a polícia é ativada, e o estado põe em ação novas leis e regulações. Quando o furor passa, alguns grupos eróticos inocentes foram dizimados, e o estado estendeu seu poder em novas áreas do comportamento erótico.

O sistema de estratificação sexual provê vítimas fáceis que carecem de poder para defender a si mesmas e um aparato preexistente para controlar seus movimentos e cercear suas liberdades. O estigma contra os dissidentes sexuais torna-os indefesos. Todo o pânico moral tem conseqüências em dois níveis. A população-alvo sofre mais, mas todos são afetados pelas mudanças sociais e legais.

Os pânicos morais raramente aliviam um problema real já que eles focam em quimeras e significantes. Eles tomam a preexistente estrutura discursiva em que se inventam vítimas para justificar o tratamento dos “vícios” como crimes. A criminalização de comportamentos inócuos como a homossexualidade, prostituição, obscenidade, ou consumo recreativo de drogas é racionalizado ao representá-los como ameaças a saúde e segurança, mulheres e crianças, segurança nacional, a família, ou a civilização em si mesma. Mesmo quando a atividade é entendida como inofensiva, pode ser banida pela alegação de “levar” a algo ostensivamente errado (outra manifestação da teoria do dominó)²⁵. Edifícios grandes e poderosos foram construídos com base em tais fantasmas. Geralmente o surto resultante de um pânico moral é precedido por uma intensificação de tais representações excludentes.

É sempre um risco profetizar. Mas não é necessária muita presciência para detectar pânicos morais em potencial em dois desenvolvimentos comuns: o ataque

²⁵ Veja Spooner, 1977, pp. 25–29. O discurso feminista anti-pornografia se encaixa perfeitamente na tradição de justificar tentativas de controle moral reivindicando que tais ações protegerão as mulheres e crianças da violência.

aos sadomasoquistas por um segmento do movimento feminista e a utilização crescente da AIDS para incitar uma homofobia virulenta.

A ideologia feminista anti-pornografia sempre conteve uma acusação implícita, e algumas vezes evidente, ao sadomasoquismo. As fotografias de chupação e fodeção²⁶ que compõe o quadro pornográfico podem ser enervantes para aqueles que não são familiares com elas. Mas é difícil produzir um caso convincente que elas são violentas. As iniciais apresentações de slide anti-pornografia usavam uma seleção minuciosa da iconografia S/M para vender uma análise inconsistente. Fora do contexto tais imagens são freqüentemente chocantes. Este choque foi impiedosamente explorado para assustar o público para aceitarem uma perspectiva anti-pornografia.

Boa parte da propaganda anti-pornografia implica que o sadomasoquismo é a “verdade” essencial e subjacente para onde toda a pornografia tende. A pornografia é pensada como levando à pornografia S/M, alegando de forma bem estranha que esta leva ao estupro. Essa é uma estória do tipo “a vida é assim”, que revitaliza a noção de que pervertidos sexuais cometem crimes sexuais, mas não pessoas normais. Não há evidência que leitores da erótica S/M ou sadomasoquistas praticantes cometem um número desproporcional de crimes sexuais. A literatura anti-pornografia exclui uma minoria sexual pouco popular e seus materiais de leitura por causa de problemas sociais que eles não criam.

O uso da iconografia S/M no discurso anti-pornografia é inflamado. Implica que a forma de fazer um mundo seguro para as mulheres é se livrando do sadomasoquismo. O uso de imagens sadomasoquistas do filme *Not a Love Story* estava em paridade moral com o uso das representações de homens negros estuprando mulheres brancas, ou de homens velhos judeus babantes apalpando jovens meninas arianas, para incitar um frenesi racista e antisemitista.

A retórica feminista tem uma tendência aflightiva em reaparecer em contextos reacionários. Por exemplo, em 1980 e 1981 o Papa João Paulo II fez uma série de pronunciamentos reafirmando seu compromisso com os mais conservadores e entendimentos paulinos da sexualidade humana. Condenando o divórcio, aborto, concubinato²⁷, pornografia, prostituição, controle de natalidade, hedonismo desenfreado e a luxúria, o papa empregou muito da retórica feminista sobre a objetificação sexual. Soando como a polêmica feminista lésbica Julia Penelope, Sua

²⁶ NT: no original sucking e fucking.

²⁷ NT: no original trial marriage, que é sinônimo de betrothal.

Santidade explicou que “considerar qualquer pessoa segundo a luxúria faz da pessoa um objeto sexual ao invés de um ser humano merecedor de dignidade”²⁸.

A direita se opõe a pornografia e já adotou elementos da retórica anti-pornografia feminista. O discurso anti-S/M desenvolvido no movimento de mulheres poderia facilmente se tornar veículo para uma caça moral às bruxas. Ela provê uma população alvo indefesa já pronta. Provê uma base lógica para a recriminalização de materiais sexuais os quais escaparam do alcance das correntes leis de obscenidade. Seria especialmente fácil aprovar leis contra a erótica S/M semelhantes às leis de pornografia infantil. O propósito ostensivo de tais leis seria reduzir a violência ao banir a assim chamada pornografia violenta. Uma campanha focada na ameaça dos leather talvez também resulte na aprovação de legislação que criminalize o comportamento S/M que atualmente não é ilegal. O resultado último de tal pânico moral seria a legalização da violação de uma comunidade de pervertidos inofensivos. É dúbio que tal caça as bruxas faria uma contribuição apreciável em direção a redução da violência contra as mulheres.

Um pânico da AIDS é ainda mais provável. Quando o medo de doenças incuráveis se mistura com o terror sexual a infusão resultante é extremamente volátil. Há um século tentativas de controle da sífilis levou a passagem do Decreto de Doenças Contagiosas na Inglaterra. O Decreto era baseado em teorias médicas errôneas e não fez nada para cessar o avanço da doença. Mas tornou a vida miserável para centenas de mulheres que foram encarceradas, sujeitas a exame vaginal forçado, e estigmatizadas por toda a vida como prostitutas (Walkowitz, 1980; Weeks, 1981).

O que quer que aconteça, a AIDS terá conseqüências de longo alcance para a vida sexual em geral, e na homossexualidade em particular. A doença terá um impacto significativo nas escolhas que as pessoas gays fazem. Menos pessoas migrarão para as Meca gays por medo da doença. Aqueles que já morarem nos guetos evitarão situações que temam que possam expô-los. A economia gay e o aparato político que ela suporta podem se provar evanescentes. O medo da AIDS já afetou a ideologia sexual. Logo no momento em que homossexuais tiveram algum sucesso em conseguiram se livrar da mácula da doença mental, as pessoas gays se vêem metaforicamente soldadas a uma imagem de deteriorização física. A

²⁸ “Papa fala da espontaneidade sexual”, San Francisco Chronicle, 13 de novembro de 1980, p. 8; veja também a nota de pé de página de número 10 acima. Julia Penelope argumenta que “não precisamos de nada que se rotule puramente sexualmente” e que “fantasia, como um aspecto da sexualidade, pode ser uma ‘necessidade’ falocêntrica da qual ainda não somos livres...” em Penelope, 1980, p. 103.

síndrome, suas qualidades particulares, e sua transmissibilidade está sendo usada para reforçar medos antigos que a atividade sexual, a homossexualidade e a promiscuidade levam a doença e a morte.

A AIDS é tanto uma tragédia pessoal para aqueles que contraem a síndrome como uma calamidade para a comunidade gay. Os homofóbicos tem alegremente se apressado em virar a mesa dessa tragédia contra suas vítimas. Um colunista sugeriu que a AIDS sempre existiu, que as proibições bíblicas da sodomia eram designadas para proteger as pessoas da AIDS, e que a AIDS é portanto uma punição apropriada pela violação dos códigos de Levíticos. Usando o medo da infecção como base lógica, pessoas da direita local tentaram banir o rodeio gay de Reno, Nevada. Uma matéria recente do relatório da Maioria Moral destacou uma foto de uma “típica” família branca de quatro pessoas usando máscaras cirúrgicas. A manchete dizia: “AIDS: doença homossexual ameaça as famílias norte-americanas”²⁹. Phyllis Schiafly lançou recentemente um panfleto argumentando que a aprovação do Ementa de Direitos Iguais tornaria impossível “nos proteger legalmente contra a AIDS e outras doenças transmitidas por homossexuais” (citado em Bush, 1983, p. 60). A literatura corrente da direita conclama o fechamento das saunas gays, um banimento legal em empregar homossexuais nas indústrias da alimentação, e por um mandato estatal proibindo a doação de sangue por pessoas gays. Tais políticas exigiriam do governo identificar todos os homossexuais e impor marcadores sociais facilmente reconhecíveis neles.

É terrível o suficiente que a comunidade gay deva lidar com o infortúnio médico de ter sido a população na qual uma doença fatal se difundiu e se tornou visível. É pior ter que também lidar com as conseqüências sociais. Mesmo antes do susto da AIDS a Grécia aprovou uma lei que possibilita a polícia prender supostos homossexuais e forçá-los a se submeterem a uma bateria de exames na busca por doenças venéreas. É provável que até que se conheça a AIDS e seus métodos de transmissão haverá todos os tipos de propostas de controlá-la punindo a comunidade gay e atacando suas instituições. Quando a causa da Doença do Legionário (Legionelose) era desconhecida, não houve chamadas para pôr em quarentena membros da Legião Americana ou para fechar seus locais de reunião. O Decreto de Doenças Contagiosas na Inglaterra fez pouco para controlar a sífilis, mas causou grande sofrimento às mulheres que vieram sob esta alçada. A história do pânico que acompanhou novas epidemias e as vítimas que foram sujeitadas pela

²⁹ Moral Majority Report, julho de 1983. Estou endividada com Alla Bêrubé por chamar minha atenção a esta imagem.

exclusão, deveriam fazer todos pararem para reflexão e considerarem com extremo ceticismo qualquer tentativa de justificar iniciativas anti-gay de políticas públicas baseadas na AIDS.

Os Limites do Feminismo

Sabemos que em um número esmagadoramente grande de casos o crime sexual é associado a pornografia. Sabemos que os criminosos sexuais a lêem, e são claramente influenciados por ela. Acredito que se pudéssemos eliminar a distribuição de tais itens às crianças, que são impressionáveis, devemos diminuir enormemente os assustadores índices de crimes sexuais. (J. Edgar Hoover, citado em Hyde, 1965, p.31).

Na ausência de uma teoria radical mais articulada do sexo muitos progressistas se voltaram ao feminismo buscando orientação. Mas a relação entre feminismo e sexo é complexa. Devido a sexualidade ser um elo entre relações entre os gêneros, muito da opressão das mulheres é suportada por, mediada através de, e constituída dentro, da sexualidade. O Feminismo sempre foi vitalmente interessado no sexo. Mas houve duas correntes do pensamento feminista sobre a matéria. Uma tendência tem criticado as restrições aos comportamentos sexuais das mulheres e denunciado os custos altos impostos à mulher por ser sexualmente ativa. Esta tradição do pensamento sexual feminista tem conclamado a libertação sexual que funcionaria para mulheres e homens. A segunda tendência considerou a liberalização de ser inerentemente uma mera extensão do privilégio masculino. Essa tradição ressoa como os discursos anti-sexuais e conservadores. Com o advento do movimento anti-pornografia, atingiu hegemonia temporária sobre a análise feminista.

O movimento anti-pornografia e seus textos tem sido a expressão mais extensa desse discurso³⁰. Além disso, proponentes desse ponto de vista tem condenado virtualmente todas as variantes da expressão sexual como anti-feministas. Dentro desse quadro o lesbianismo monogâmico que ocorre dentro de relações íntimas de longo prazo, e que não envolvam papéis polarizados, substituiu o casamento, a heterossexualidade procriativa, no topo da hierarquia de valor. A heterossexualidade foi rebaixada a algum lugar no meio. Além dessa mudança, tudo parece menos familiar. As profundidades mais abaixo são ocupadas pelos grupos e comportamentos usuais, prostituição, transexualidade, sadomasoquismo, e

³⁰ Veja por exemplo Lederer (1980); Dworkin (1981). O Newspaper das Mulheres de São Francisco Contra a Violência na Pornografia e na Mídia e o Newsreport das Mulheres Novaiorquinas Contra a Pornografia são ótimas fontes.

atividades com cruzamento de gerações (Barry, 1979, 1982; Raymond, 1979; Lunde et al., 1982; Rush, 1980). A maioria das condutas de homens gays, todo o sexo casual, promiscuidade, e comportamento lésbico que envolva papéis ou bizarrices ou os não monogâmicos são também censurados³¹. Até as fantasias sexuais durante a masturbação são denunciadas como desvio³² falocêntrico (Penelope, 1980).

O discurso sobre a sexualidade é menos uma sexologia do que uma demonologia. Apresenta a maioria dos comportamentos sexuais na pior luz possível. Suas descrições da conduta erótica sempre usam os piores exemplos disponíveis como se fossem representativos. Mostram a pornografia mais repugnante, as formas mais exploradas da prostituição e as menos palatáveis ou mais chocantes formas de variação sexual. Esta tática retórica consistentemente deturpa a sexualidade humana em todas as suas formas. A fotografia da sexualidade humana que emerge dessa literatura é imperdoavelmente feia.

Além disso, a retórica anti-pornografia é um exercício massivo de exclusão. Critica os atos não rotineiros de amor ao invés da rotina dos atos de opressão, exploração ou violência. Essa sexologia demoníaca diretamente legitima a raiva em direção a falta de segurança pessoal das mulheres em relação a indivíduos inocentes, práticas e comunidades. A propaganda anti-pornografia implica que o sexismo se origina no interior da indústria do sexo e subsequente infecta o resto da sociedade. Isso é um absurdo sociológico. A indústria do sexo é dificilmente uma utopia feminista. Ela reflete o sexismo que existe na sociedade como um todo. Precisamos analisar e nos opor às manifestações de gênero; desigualdade específica da indústria do sexo. Mas isso não é o mesmo que tentar aniquilar o sexo comercial.

Similarmente as minorias sexuais como os sadomasoquistas e transexuais são tão prováveis de exibirem atitudes ou comportamentos sexistas como qualquer outro grupo sócio-político aleatório. Mas clamar que eles sejam inerentemente antifeministas é pura fantasia. Boa parte da literatura feminista corrente atribui a

³¹ Geahart (1979); Rich (1979, p. 225). (Por outro lado, há uma cultura homossexual patriarcal, uma cultura criada por homens homossexuais, refletindo tais estereótipos de dominação e submissão masculina e como modos de relação, e a separação do sexo do envolvimento emocional – uma cultura infectada por um ódio profundo às mulheres. A cultura masculina “gay” ofereceu às lésbicas a imitação dos papéis-estereótipos de “sapatão” e “feminina”, “ativa” e “passiva”, pegação, sadomasoquismo, e o mundo violento e auto-destrutível dos “bares gays”); Pastemack (1983); Rich (1983).

³² NT: no original holdover.

opressão da mulher a representações gráficas do sexo, prostituição, educação sexual, sadomasoquismo, homossexualidade masculina e transexualismo. O que aconteceu com a família, religião, educação, práticas de criação dos filhos, a mídia, o estado, psiquiatria, discriminação no trabalho, e desigualdade de renda?

Finalmente este chamado discurso feminista recria uma moralidade sexual muito conservadora. Por mais de um século combates tem acontecido sobre quanta vergonha, angústia e punição deveriam ser imputadas pela atividade sexual. A tradição conservadora promoveu oposição à pornografia, prostituição, homossexualidade, toda variação erótica, educação sexual, pesquisa sobre o sexo, aborto e contracepção. De forma oposta, a tradição pró-sexo inclui indivíduos como Havelock Ellis, Magnus Hirschfeld, Alfred Kinsey e Victoria Woodhull assim como os movimentos pela educação sexual, organizações militantes de prostitutas e homossexuais, o movimento pelos direitos reprodutivos, e organizações como a Liga pela Reforma Sexual dos anos 1960. Esta variada coleção de reformistas do sexo, educadores sexuais e militantes sexuais tem confusos registros sobre matérias sexuais e feministas. Mas com certeza eles estão mais próximos do espírito do feminismo moderno do que das cruzadas morais, do movimento de pureza social e das organizações contra o vício. Todavia a demonologia sexual do feminismo corrente geralmente eleva as cruzadas contra o vício a posições de honra ancestral, enquanto condenam uma tradição mais liberatória como anti-feminista. Em um ensaio que exemplifica algumas dessas tendências, Sheila Jeffreys culpa Havelock Ellis, Edward Carpenter, Alexandra Kollantai, “fiéis no prazer do sexo de todas as tendências políticas possíveis” e a Liga Mundial pela Reforma Sexual por fazer “uma grande contribuição para a derrota do feminismo militante” (Jeffreys, 1981, p. 26)³³.

O movimento anti-pornografia e seus avatares alegaram falar por todo o feminismo. Felizmente não falam. A liberação sexual foi e ainda é um dos objetivos feministas. O movimento de mulheres talvez tenha produzido parte do mais retrógrado pensamento sexual lado a lado com o Vaticano. Mas também produziu uma defesa excitante, inovadora e articulada do prazer sexual e da justiça erótica. Este feminismo “pró-sexo” tem sido encabeçado por lésbicas cuja sexualidade não se conforma aos modelos de pureza (primariamente lésbicas sadomasoquistas e lésbicas do modelo sapatão/feminina), por heterossexuais sem remorso, e por mulheres que aderiram ao feminismo radical ao invés de versões revisionistas de

³³ Uma elaboração posterior dessa tendência pode ser encontrada em Pastemack, 1983.

celebração da feminilidade, que se tornaram tão comuns³⁴. Apesar das forças anti-pornografia terem tentado extirpar qualquer pessoa que discorde delas para fora do movimento, o fato remanescente é o de que o pensamento feminista sobre o sexo é profundamente polarizado (Orlando, 1982b; Willis, 1982).

Apesar da existência da polaridade, há uma tendência infeliz em pensar que a verdade se encontra em algum lugar entre os pólos. Ellen Willis comentou sarcasticamente que, “o viés feminista é que as mulheres são iguais aos homens e o viés chauvinista masculino é que as mulheres são inferiores. A visão imparcial é que a verdade está em algum lugar no meio” (Willis, 1982, p. 146)³⁵. O mais recente desenvolvimento nas guerras sexuais feministas e a emergência do “meio” que busca evitar os perigos do fascismo anti-pornografia, por um lado, e uma libertação “tudo vale” por outro³⁶. Apesar de ser difícil criticar uma posição que não está totalmente formada, quero chamar a atenção para alguns problemas incipientes.

A emergência do meio é baseada em uma falsa caracterização dos pólos de debate, construindo ambos os lados como igualmente extremistas. De acordo com B. Ruby Rich, “o desejo por uma linguagem da sexualidade levou as feministas a lugares (pornografia, sadomasoquismo) muito limitados e sobre-determinados para uma discussão frutífera. O debate entrou em colapso com um estrondo” (Rich, 1983, p. 76). É verdade, as lutas entre as Mulheres Contra a Pornografia (WAV) e lésbicas sadomazoquistas se assemelham a guerras de gangues. Mas a responsabilidade por isso cai principalmente sobre o movimento anti-pornografia e sua recusa em se engajar em debates sobre princípios. Lésbicas S/M têm sido forçadas a um combate para manter sua adesão ao movimento e a defenderem-se de calúnias. Nenhuma porta-voz das lésbicas S/M argumentou em favor de qualquer tipo de supremacia S/M, ou defenderam que todos deveriam ser sadomasoquistas. Somada a defesa pessoal, lésbicas S/M conclamaram a apreciação da diversidade erótica e uma discussão mais aberta sobre sexualidade (Samois, 1979, 1982; Califia, 1980e, 1981a). Tentar encontrar um curso médio entre WAV e Samois é um pouco como dizer que a verdade sobre a homossexualidade está em algum lugar no meio das posições da Maioria Moral e aquelas do movimento gay.

³⁴ Califia (1980a, 1980b, 1980c, 1980d, 1980e, 1981b, 1982a, 1983a, 1983b, 1983c); English, Hollibaugh e Rubin (1981a, 1981b); Hollibaugh (1983); Holz (1983); O’Dair (1983); Orlando (1982a); Russ (1982); Samois (1979, 1982); Sundhal (1983); Wechesler (1981a, 1981b); Willis (1981). Por uma excelente visão global da história dos deslocamentos ideológicos no feminismo que afetaram os debates sexuais veja Echols (1983).

³⁵ Estou endividada com Jeanne Bergman por ter chamado minha atenção para esta citação.

³⁶ Veja por exemplo Benjamim (1983, p. 297) e Rich (1983).

Na vida política é fácil marginalizar os radicais e tentar comprar aceitação de uma posição moderada ao representar os outros como extremistas. Os liberais fizeram isso por anos com os comunistas. Radicais sexuais abriram os debates. É vergonhoso negar sua contribuição, apresentar erroneamente suas posições e intensificar sua estigmatização.

Em contraste às feministas culturais, que querem simplesmente remover dissidentes sexuais, os moderados sexuais estão dispostos a defenderem os direitos de eróticos não-conformistas à participação política. Contudo essa defesa de direitos políticos está ligada a um implícito sistema de condescendência ideológica. Este argumento tem duas grandes partes. A primeira é uma acusação que os dissidentes sexuais não prestaram uma atenção minuciosa ao significado, fontes e construção histórica de sua sexualidade. Esta ênfase no significado parece funcionar da mesma forma que a questão da etiologia funcionou em discussões sobre a homossexualidade. Isto é, a homossexualidade, o sadomasoquismo, a prostituição ou o amor por rapazes são tomados como misteriosos ou problemáticos de uma forma que as sexualidades respeitáveis não são. A busca por uma causa é a busca por algo que poderia trazer mudança e desta forma esses erotismos “problemáticos” simplesmente não aconteceriam. Militantes sexuais têm respondido a esses exercícios dizendo que a questão da etiologia ou da causa é de interesse intelectual, não é prioridade da agenda política e que, mais do que isso, conceder privilégio a estas questões é em si mesmo uma escolha política retrógrada.

A segunda parte da posição “moderada” foca em questões de consentimento. Radicais sexuais de todas as variedades têm demandado a legitimação legal e social do comportamento sexual consentido. Feministas os têm criticado por ostensivamente limitarem as questões sobre o “limite do consentimento” a “coerção estrutural” do consentimento (Orlando, 1983; Wilson, 1983, especialmente pp. 35–41). Apesar de haver problemas graves com o discurso político do consentimento e apesar de realmente haver coerção estrutural na escolha sexual, esta crítica tem sido sistematicamente mal aplicada nos debates sobre o sexo. Não leva em conta o conteúdo semântico muito específico que o consentimento tem na legislação sexual e na prática sexual.

Como mencionei acima, boa parte da legislação sexual não distingue entre comportamentos consensuais e coercitivos. Apenas a legislação do estupro possui tal distinção. A legislação sobre o estupro é baseada na assunção, correta do meu ponto de vista, que a atividade heterossexual pode ser escolhida livremente ou

forçada coercitivamente. Uma pessoa tem o direito legal de se engajar em um comportamento heterossexual desde que este não caia sob os limites de outros estatutos e desde que seja acordado por ambas as partes.

Este não é o caso para a maioria dos outros atos sexuais. As leis de sodomia, como mencionei acima, são baseadas no pressuposto de que os atos proibidos são “um crime abominável e detestável contra a natureza”. A criminalidade é intrínseca aos atos, não importa quais são os desejos dos participantes. “Diferente do estupro, a sodomia ou outro ato sexual não natural e pervertido, pode ser comprometido entre duas pessoas e onde as duas consentem e, independentemente de quem é o agressor, ambos devem ser processados³⁷. Antes que o estatuto do consentimento adulto fosse aprovado na Califórnia em 1976, amantes lésbicas podiam ter sido processadas por cometerem copulação oral. Se as duas participantes fossem capazes de consentir, ambas eram igualmente culpadas” (Besera et al., 1973, pp. 163–5)³⁸.

Estatutos de incesto adulto operam de maneira similar. Diferente da mitologia popular, os estatutos de incesto têm pouco a ver com a proteção da criança do estupro de parentes próximos. Os processos são raros mas dois foram relatados recentemente. Em 1979 um oficial da marinha de 19 anos encontrou sua mãe de 42 anos, de quem fora separado no nascimento. Os dois se apaixonaram e se casaram. Eles foram autuados e sentenciados culpados pelo crime de incesto, que na lei da Virgínia carrega uma sentença máxima de dez anos. Durante o julgamento o oficial testemunhou: “Eu amo muito ela. Penso que duas pessoas que se amam devem poder viver juntos”³⁹. Em outro caso um irmão e uma irmã que cresceram separados se encontraram e decidiram se casar. Eles foram presos e declarados culpados por crime de incesto em troca por liberdade condicional. A condição da liberdade condicional era que eles não viveriam juntos como marido e mulher. Caso não tivessem aceitado eles poderiam ter pegado 20 anos de cadeia (Norton, 1981, p. 18). Em um famoso caso S/M, um homem foi condenado de agressão agravada por um chicoteamento administrado em uma sessão S/M. Não houve vítima que prestou queixa. A sessão tinha sido filmada e ele foi processado com base nas imagens. O homem entrou com recurso em sua condenação

³⁷ Taylor contra o Estado, 214 Md. 156, 165, 133 A. 2ed 414, 418. Esta citação é de uma opinião dissidente, mas é uma afirmação da lei prevalecente.

³⁸ Veja a nota de pé de página de número 14 acima.

³⁹ “Oficial da Marinha e Mãe culpados de incesto”, San Francisco Chronicle, 16 de novembro de 1979, p. 16.

argumentando que ele tinha sido parte de um encontro sexual consensual e não agrediu ninguém. Ao rejeitar seu recurso, a corte declarou “ninguém deve aceitar consensualmente a agressão ou assédio, salvo quando envolva contato físico ordinário ou golpes acidentais em esportes como futebol americano, boxe ou luta Greco-Romana”⁴⁰. A corte persistiu ao notar que, “o consentimento de uma pessoa sem capacidade legal para dar o consentimento, como uma criança ou uma pessoa insana, é ineficiente” e que, “é matéria do senso comum que uma pessoa normal em plena capacidade de suas faculdades mentais não consentiria livremente ao uso, em si mesma, de uma força que provavelmente causaria grandes feridas corpóreas”⁴¹. Por esse motivo qualquer pessoa que consinta em ser chicoteado seria presumida como non compos mentis e legalmente incapacitados a consentir. O sexo S/M geralmente envolve um nível muito menor de força do que um jogo de futebol americano e o resultado são menos feridas do que a maioria dos esportes. Mas a corte declarou a sanidade dos jogadores de futebol americano ao passo em que declarou a insanidade dos masoquistas.

As leis de sodomia, leis do incesto adulto, e interpretações legais como as que vimos acima claramente interferem no comportamento consensual e o impõe penalidades criminais. Na lei o consentimento é um privilégio gozado apenas por aqueles que se engajam em comportamento sexuais do alto da hierarquia. Aqueles que praticam comportamentos sexuais de baixo status não têm o direito legal de se engajarem neles. Além disso, sanções econômicas, pressões familiares, estigma erótico, discriminação social, ideologia negativa e a escassez de informações sobre comportamentos eróticos servem todos para dificultar as pessoas de fazerem escolhas sexuais não convencionais. Há certamente coerção estrutural que impede a escolha sexual livre, mas elas raramente operam para coagir qualquer pessoa a ser um perverso. Pelo contrário, elas operam para coagir todos em direção a normalidade.

A teoria da “lavagem cerebral” explica a diversidade erótica ao assumir que alguns atos sexuais são tão repugnantes que ninguém desejosamente os praticaria. Por isso, segue o raciocínio, qualquer um que os tenha praticado o fez porque foi forçado ou enganado. Mesmo a teoria sexual construtivista foi pressionada para trabalhar na explicação de porque indivíduos que em outras circunstâncias são racionais podem se envolver em variantes dos comportamentos sexuais. Outra

⁴⁰ As Pessoas contra Samuels, 250 Cal. App. 2d 501, 513, 58 Cal. Rptr. 439, 447 (1967).

⁴¹ As Pessoas contra Samuels, 250 Cal. App. 2d em 513-514, 58 Cal. Rptr. Em 447.

posição que ainda não está totalmente formada usa as idéias de Foucault e Weeks para sugerir que as “perversões” são um aspecto repulsivo e problemático da construção da sexualidade moderna (Valverde, 1980; Wilson, 1983, p. 83). Esta é ainda outra versão da noção que os dissidentes sexuais são vítimas de maquinações sutis do sistema social. Weeks e Foucault não aceitariam tal interpretação, uma vez que eles consideram toda a sexualidade como construída, a convencional não menos que a desviante.

A psicologia é o último refúgio daqueles que se recusam a reconhecer que os dissidentes sexuais são conscientes e livres como qualquer outro grupo de atores sexuais. Se os desviantes não estão respondendo às manipulações do sistema social, talvez sua escolha incompreensível possa ser encontrada em uma infância perturbada, numa socialização mal sucedida, ou numa formação identitária inadequada. Em seu ensaio sobre a dominação erótica, Jessica Benjamin baseia-se na psicanálise e na filosofia para explicar porque o que ela chama de “sadomasoquismo” é alienado, distorcido, insatisfatório, tolhido, sem propósito e uma tentativa “defeituosa de aliviar um esforço original de diferenciação” (Benjamin, 1983, p. 292)⁴². Este ensaio substitui uma inferioridade psico-filosófica por termos mais usuais de desvalorização do erotismo dissidente. Um revisor já construiu o argumento de Benjamin como mostrando o sadomasoquismo como meramente “uma repetição obsessiva da luta infantil por poder” (Ehrenreich, 1983, p. 247).

A posição que defende os direitos políticos dos pervertidos mas que busca entender sua sexualidade “alienada” é certamente preferível do que aquela do estilo WAP – banhos de sangue. Mas na maior parte, os moderados sexuais não confrontaram seu desconforto com escolhas sexuais que diferenciem das que eles fazem. O chauvinismo erótico não pode ser resgatado pela mordaza da onda marxista, da teoria construtivista sofisticada ou o blá blá blá psi retrógrado⁴³.

Seja qual for a posição feminista sobre a sexualidade – direita, esquerda ou centro – que eventualmente alcance dominância, a existência de tal rica discussão será sempre evidência de que o movimento feminista sempre será uma fonte de pensamentos interessantes sobre o sexo. Ainda assim quero desafiar a assunção de que o feminismo é ou deveria ser o lugar da teoria da sexualidade. O feminismo é a teoria da opressão de gênero. Assumir automaticamente que isso faz com que seja

⁴² Mas veja também pp. 286, 291–7.

⁴³ NT: no original retro-psychobable.

o lugar da teoria da opressão sexual é falhar na distinção entre gênero por outro lado, e o desejo erótico, por outro.

Na língua inglesa a palavra “sexo” tem dois significados distintos. Significa gênero e identidade de gênero, como em “sexo feminino” ou “sexo masculino”. Mas sexo também se refere à atividade sexual, apetite sexual, coito e excitação como em “fazer sexo”. Essa fusão semântica reflete uma assunção cultural que a sexualidade é redutível à penetração sexual e que é uma função das relações entre mulheres e homens. A fusão cultural do gênero com a sexualidade fez emergir a idéia de que uma teoria da sexualidade pode ser derivada de uma teoria do gênero.

Em um ensaio anterior, “O Tráfico de Mulheres”, usei o conceito de sistema sexo/gênero, definido como uma “série de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (Rubin, 1975, p. 159). Argumentei que o “Sexo da forma como o concebemos – identidade de gênero, desejo sexual e fantasia, conceitos de infância – é em si mesmo um produto social” (ibid., p. 66). Neste ensaio não distingui entre o apetite sexual e o gênero, tratando ambos como modalidades do mesmo processo social subjacente.

“O Tráfico de Mulheres” foi inspirado pela literatura sobre sistemas de organização social baseados no parentesco. Pareceu-me então que o gênero e o desejo eram sistematicamente entrelaçados em tais formações sociais. Este pode ou não ser um indicador preciso da relação entre sexo e gênero em organizações tribais. Mas com certeza não é uma boa formulação para a sexualidade em sociedades industriais ocidentais. Como apontou Foucault, um sistema de sexualidade emergiu a partir das formas primeiras de parentesco e ganhou significativa autonomia.

Particularmente do século XVIII em diante as sociedades ocidentais criaram e implantaram um novo aparato o qual foi sobreposto ao prévio, e o qual, sem suplantá-lo completamente o anterior, auxiliou na redução de sua importância. Falo da implantação da sexualidade... Para o primeiro [parentesco], o que é pertinente é a ligação entre parceiros e estatutos definitivos; o segundo [sexualidade] é preocupado com as sensações do corpo, com a qualidade dos prazeres, com a natureza das impressões (Foucault, 1978, p. 106).

O desenvolvimento desse sistema sexual tomou lugar no contexto das relações de gênero. Parte da ideologia moderna do sexo pressupõe que o apetite sexual é da província do homem e que a pureza é da mulher. Não é a toa que a pornografia e as perversões sejam consideradas como parte do domínio masculino. Na indústria do sexo as mulheres foram excluídas da maioria de sua produção e consumo, e permitidas trabalharem primariamente como operárias. Para que possam participar das “perversões”, as mulheres tiveram que superar limitações

sérias de sua mobilidade social, recursos financeiros, e liberdades sexuais. O gênero afeta a operação do sistema sexual e o sistema sexual já teve manifestações específicas do gênero. Mas apesar do sexo e do gênero serem relacionados, não são a mesma coisa, e eles formam a base de duas arenas distintas da prática social.

Em contraste à minha perspectiva em “O Tráfico de Mulheres”, estou agora argumentando que é essencial separar analiticamente o gênero da sexualidade para refletir com mais precisão a separação social existente. Isso vai contra o alicerce de muitos pensamentos feministas contemporâneos, que tratam a sexualidade como uma derivação do gênero. Por exemplo a ideologia lésbico-feminista tem analisado sobretudo a opressão das lésbicas em termos de opressão das mulheres. Entretanto, lésbicas também são oprimidas como queers e pervertidos, pela operação da estratificação sexual, e não de gênero. Apesar de ser doloroso a muitas lésbicas pensar nisso, o fato é que as lésbicas têm compartilhado muitas características sociológicas e sofrido muitas das mesmas penalidades que os homens gays, sadomasoquistas, travestis e prostitutas.

Catherine MacKinnon fez a mais explícita tentativa teórica de subsumir a sexualidade sob o pensamento feminista. De acordo com MacKinnon, “a sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo... a modelagem, direção e expressão da sexualidade organizam a sociedade em dois sexos, mulheres e homens” (MacKinnon, 1982, pp. 5–16). É esta fusão de definições que quero desafiar.

Há uma analogia instrutiva na história da diferenciação entre o pensamento feminista contemporâneo e o marxismo. O marxismo é provavelmente o mais flexível e poderoso sistema conceitual existente para analisar a desigualdade social. Mas tentativas de fazer o marxismo o único sistema explanatório para todas as desigualdades sociais tem sido um exercício sombrio. O marxismo é mais bem sucedido em áreas da vida social para o qual foi originalmente desenvolvido – relações de classe sob o capitalismo.

Nos primórdios do movimento contemporâneo de mulheres um conflito teórico tomou lugar sobre a aplicabilidade do marxismo para a estratificação de gênero. Uma vez que a teoria marxista é relativamente forte, ela de fato detecta aspectos interessantes e importantes da opressão de gênero. É melhor para aqueles assuntos de gênero mais proximamente relacionados com classe e organização do trabalho. Os assuntos mais específicos a estrutura social do gênero não são propícios à análise marxista.

A relação entre o feminismo e a teoria radical da opressão sexual é similar. As ferramentas conceituais do feminismo foram desenvolvidas para detectar e analisar hierarquias baseadas no gênero. Tomando por extensão que estas se sobrepõem com as estratificações eróticas, a teoria feminista tem certo poder explanatório. Mas na medida em que os assuntos se tornam menos aqueles do gênero e mais aqueles da sexualidade, a análise feminista pode direcionar erroneamente e muitas vezes ser irrelevante. O pensamento feminista simplesmente carece de ângulos de visão com os quais se possa compreender completamente a organização social da sexualidade. O critério de relevância no pensamento feminista não permite que ele veja ou estime as relações críticas de poder na área da sexualidade.

Em longo prazo a crítica feminista da hierarquia de gênero pode ser incorporada na teoria radical do sexo, e a crítica da opressão sexual deve enriquecer o feminismo. Mas uma teoria autônoma e políticas específicas devem ser desenvolvidas para a sexualidade.

É um erro substituir o feminismo pelo marxismo como a última palavra na teoria social. O feminismo não é mais capaz do que o marxismo de ser a abordagem final e completa de todas as desigualdades sociais. Nem o feminismo é uma teoria residual a qual pode tomar conta de tudo aquilo que Marx não respondeu. Essas ferramentas críticas foram construídas para lidar com atividades sociais muito específicas. Outras áreas da vida social, suas formas de poder e seus característicos modos de opressão precisam de seus próprios instrumentos conceituais. Nesse ensaio, argumentei em favor do pluralismo teórico, mas também sexual.

Conclusão

...estes prazeres que despreocupadamente chamamos de físicos...
(Colette, 1982, p. 72).

Como o gênero, a sexualidade é política. É organizada em sistemas de poder os quais recompensam e encorajam alguns indivíduos e atividades ao passo em que punem e suprimem outros. Como a organização capitalista do trabalho e sua distribuição de recompensas e poderes, o sistema sexual moderno tem sido objeto de luta política desde sua emergência e durante o seu desenvolvimento. Mas se as disputas entre o trabalho e o capital são mistificadas, os conflitos sexuais são completamente camuflados.

A reestruturação legislativa que se realizou no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX foi responsável refratada da emergência do sistema erótico moderno. Durante aquele período novas comunidades eróticas se formaram. Foi possível ser um homem gay ou uma lésbica de uma forma que não existira anteriormente. Uma produção de massa erótica se tornou acessível e as possibilidades para o comércio sexual se expandiram. As primeiras organizações de direitos dos gays foram formadas e as primeiras análises da opressão sexual foram articuladas (Lauritsen e Thorstad, 1974).

A repressão dos anos 1950 foi em parte uma sacudida na expansão das comunidades sexuais e nas possibilidades que estavam colocadas durante a II Guerra Mundial (D'Emilio, 1983, Bêrubé, 1981a, 1981b). Durante os anos 1950 as organizações de direitos dos gays estavam estabelecidas, os relatórios Kinsey publicados e a literatura lésbica florescia. Os anos 1950 foram uma era de formação, assim como de repressão.

A corrente contra-ofensiva de direita é em parte uma reação a liberalização sexual dos anos 1960 e início dos anos 1970. Além do mais, acarretou em uma coalizão autoconsciente e unificada dos radicais sexuais. Em um sentido o que está acontecendo agora é a emergência de um novo movimento sexual, sensível a novos assuntos e buscando uma nova base teórica. As guerras sexuais nas ruas são parcialmente responsáveis por provocar um novo foco intelectual na sexualidade. O sistema sexual está se deslocando mais uma vez, e estamos vendo vários sintomas de sua mudança.

Na cultura ocidental o sexo é tomado de forma muito séria. Uma pessoa não é considerada imoral, mandada para a prisão nem expulsa da família por apreciar uma culinária picante. Mas um indivíduo pode passar por isso tudo e muito mais por gostar de um sapato de couro. No fim das contas, qual é a possível significância social caso uma pessoa goste de se masturbar sobre um sapato? Pode até ser não-consensual, mas já que não pedimos permissão ao sapato para usá-lo, parece dificilmente necessário obter uma desobrigação para gozar em cima deles.

Se o sexo é tomado de forma muito séria, a perseguição sexual não é tomada com a seriedade necessária. Há um mau tratamento sistemático contra indivíduos e comunidades com base no gosto ou comportamento erótico. Há penalidades sérias por pertencer às diversas castas sexuais ocupacionais. A sexualidade dos jovens é negada, a sexualidade adulta é comumente tratada como uma variedade do lixo nuclear, e a representação gráfica do sexo acontece em um lamaçal de circunlocação legal e social. Populações específicas suportam o peso do corrente

sistema de poder erótico, mas a sua perseguição defende um sistema que afeta a todos.

Os anos 1980 já tem sido um período de grande sofrimento sexual. Também tem sido um período de fermentação de novas possibilidades. Cabe a nós tentar prevenir mais barbáries e encorajar a criatividade erótica. Aqueles que se consideram progressistas devem examinar suas pré-concepções, atualizar sua educação sexual e se familiarizar com a existência e operação de uma hierarquia sexual. É tempo de reconhecer as dimensões políticas da vida erótica.

Agradecimentos

É sempre bom chegar no momento do texto em que posso agradecer aquelas pessoas que contribuíram para sua realização. Muitas de minhas idéias sobre a formação de comunidades sexuais me ocorreram durante um curso ministrado por Charles Tilly sobre “A Urbanização da Europa em 1500–1900”. Poucos cursos puderam prover tanto entusiasmo, estímulo e riqueza conceitual como esse. Daniel Tsang me alertou da significância dos eventos de 1977 e me ensinou a prestar atenção na legislação sexual. Pat Califia densificou minha apreciação pela variedade sexual humana e me ensinou a respeitar o muito caluniado campo da pesquisa sexual e educação sexual. Jeff Escofner compartilhou comigo sua forte compreensão da história gay e sociologia, e me beneficieei de seus insights na compreensão econômica. O trabalho em andamento de Allan Bêrubé sobre a história gay me permitiu pensar com mais clareza sobre as dinâmicas da opressão sexual. Conversas com Ellen Dubois, Amber Hollibaugh, Mary Ryan, Judy Stacey, Kay Trimberger, Rayna Rapp e Martha Vinicius influenciaram a direção do meu pensamento.

Sou muito grata à Cynthia Astuto pelo conselho e pesquisa sobre assuntos legais, e a David Sachs, extraordinário vendedor de livros, por apontar a literatura panfletária de direita sobre o sexo. Sou grata a Allan Bêrubé, Ralph Bruno, Estelle Freedman, Kent Gerard, Barbara Kerr, Michael Shively, Carole Vance, Bill Walker e Judy Walkowitz por bibliografias diversas e informação factual. Não posso começar a expressar minha gratidão a aqueles que leram e comentaram nas versões desse paper: Jeanne Bergman, Sally Binford, Lynn Eden, Laura Engelstein, Jeff Escoffier, Carole Vance e Ellen Willis. Mark Leger tanto revisou como cumpriu atos de heroísmo secretarial na preparação do manuscrito. Marybeth Nelson me forneceu assistência gráfica emergencial.

Devo agradecimentos especiais a dois amigos cujo cuidado mitigou as tensões da escrita. E.S. manteve-me operativa e guiou-me firmemente através dos momentos monumentais em que sofri bloqueios de escritor. A extrema bondade e firme apoio de Cynthia Astuto possibilitou com que eu permanecesse trabalhando numa jornada absurda por várias semanas.

Nenhum destes indivíduos devem ser responsabilizados por minhas opiniões, mas lhes sou grata pela inspiração, informação e assistência.

Uma Nota sobre as Definições

Ao longo deste ensaio uso termos como homossexual, trabalhador do sexo e perverso. Uso “homossexual” para me referir a mulheres e homens. Caso queira ser mais específica uso termos como “lésbica” ou “homem gay”. “Trabalhador do sexo” pretendia ser mais inclusivo que “prostituta” para que pudesse englobar mais ocupações da indústria do sexo. Trabalhador do sexo inclui dançarinas eróticas, strippers, modelos pornográficos, mulheres nuas que conversariam com um cliente arranjado por telefone e que poderiam ser

vistas mas não tocadas, parceiros por telefone, e vários outros empregados dos negócios sexuais como recepcionistas, zeladores e seguranças. Obviamente também inclui prostitutas, garotos de programa e modelos masculinos. Uso o termo “pervertido” como uma abreviação para todas as orientações sexuais estigmatizadas. É usado para cobrir a homossexualidade masculina e feminina mas como estas se tornaram menos vergonhosas o termo passou a designar crescentemente outros “desvios”. Termos como “pervertido” ou “desviante” tem, no uso geral, uma conotação de desaprovação, repulsa e desgosto. Estou usando estes termos de forma denotativa, e não pretendo transmitir qualquer desaprovação de minha parte.

Referências

(N.A.), (1969) *Pavlov's Children (They May Be Yours)*, Los Angeles: Impact Publishers.

ALDERFER, H., JAKER, B. e NELSON, M. (1982) *Diary of a Conference on Sexuality*. New York: Faculty Press.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (1980) *Diagnostic and Statistical Manual of Mental and Physical Disorders, Third Edition*. Washington DC: American Psychiatric Association.

BAAL, J. V. (1966) *Dema*. The Hague: Nifhoff.

BARKER-BENFIELD, G. J. (1976) *The Horrors of the Half-Known Live*, New York: Harper Colophon.

BARR, J. (1950) *Quatrefoil*, New York: Greenberg.

BARRY, K. (1979) *Female Sexual Slavery*, Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.

BARRY, K. (1982) 'Sadomasochism: the new backlash to feminism', *Trivia*, 1, Outono, [n.p.n.].

BENJAMIN, J. (1983) 'Master and slave: the fantasy of erotic domination', in Snitow, A., Stansell, C. e Thompson, S. (orgs) *Powers of Desire*, New York: Monthly Review Press.

BÉRUBÊ, A. (1981a) 'Behind the spectre of San Francisco', *Body Politic*, Abril, [n.p.n.].

BÉRUBÊ, A. (1981b) 'Marching to a different drummer', *Advocate*, 15 de Outubro, [n.p.n.].

BESERRA, S.S., Franklin, S.G., e Clevenger, N. (orgs) (1977) *Sex Code of California*, Public Education and Research Committee of California.

BESERRA, S.S., Jewel, N.M., Matthews, M.W. e Garov, E.R. (orgs) (1973) *Sex Code of California*, Public Education and Research Committee of California.

BINGHAM, C. (1971) 'Seventeenth-century attitudes toward deviant sex', *Journal of Interdisciplinary History*, Primavera, pp. 447-68.

BRESLIN, J. (1981) 'The moral majority in your motel room', *San Francisco Chronicle*, 22 de Janeiro, p. 41.

BROWN, R. (1981) 'Blueprint for a moral America', *Nation*, 23 de Maio, [n.p.n.].

BUSH, L. (1983) 'Capital Report', *Advocate*, 8 de Dezembro, [n.p.n.].

CALIFIA, P. (1980a) 'Among us, against us - the new puritans', *Advocate*, 17 de Abril, [n.p.n.].

- CALIFIA, P. (1980b) 'Feminism vs. sex: a new conservative wave', Advocate, 21 de Fevereiro, [n.p.n.].
- CALIFIA, P. (1980c) 'The great kiddy porn scare of '77 and its aftermath', Advocate, 16 de Outubro, [n.p.n.].
- CALIFIA, P. (1980d) 'A thorny issue splits a movement', Advocate, 30 de Outubro, [n.p.n.].
- CALIFIA, P. (1980e) Sapphistry, Tallahassee: Naid.
- CALIFIA, P. (1981a) 'Feminism and Sadomasochism', Co-Evolution Quarterly, 33, Primavera, [n.p.n.].
- CALIFIA, P. (1981b) 'What is gay liberation', Advocate, 25 de Junho, [n.p.n.].
- CALIFIA, P. (1982a) 'Public Sex', Advocate, 30 de Setembro, [n.p.n.].
- CALIFIA, P. (1982b) 'Response to Dorchen Leidholdt', New Woman's Times, Outubro, [n.p.n.].
- CALIFIA, P. (1983a) 'Doing it together: gay men, lesbians and sex', Advocate, 7 de Julho, [n.p.n.].
- CALIFIA, P. (1983b) 'Gender-bending', Advocate, 15 de Setembro, [n.p.n.].
- CALIFIA, P. (1983c) 'The Sex Industry', Advocate, 13 de Outubro, [n.p.n.].
- City of New York (1939) Report of Mayor's Committee for the Study of Sex Offenses.
- COLETTE, S.G. (1982) The Ripening Seed, traduzido e citado em ALDERFER, H., Jaker, B. e Nelson, M., Diary of a Conference on Sexuality, New York: Faculty Press.
- COMMONWEALTH OF MASSACHUSSETS (1947) Preliminary Report of the Special Commission Investigating the Prevalence of Sex Crimes.
- COURTNEY, P. (1969) The Sex Education Racket: Pornography in the Schools (An Exposé), New Orleans: Free Men Speak.
- D'EMILIO, J. (1981) 'Gay politics, gay community: San Francisco's experience', Socialist Review, 55, pp. 77-104.
- D'EMILIO, J. (1983) Sexual Politics, Sexual Communities: The Making of the Homosexual Minority in the United States, 1940-1970, Chicago: University of Chicago Press.
- DRAKE, G. V. (1969) SIECUS: Corrupter of Youth, Tulsa: Christian Crusade Publications.

FALTA A PÁGINA 176 DAS REFERÊNCIAS